

CONTRATO OCS Nº 084/2021
CONTRATO SAP Nº 4400004622

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM
O BANCO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL – BNDES E CONSÓRCIO NOVA
ELETROBRAS, NA FORMA ABAIXO:**

O **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília - DF e serviços no Rio de Janeiro – RJ, na Av. República do Chile, nº 100, CEP nº 20.031-917, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 33.657.248/0001-89, doravante denominado simplesmente **BNDES**, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social; e **CONSÓRCIO NOVA ELETROBRAS**, com sede na Rua Major Quedinho, nº 90, 3º andar, São Paulo/SP, CEP 01.050-030, formado por BDO RCS Auditores Independentes S.S. – líder, com sede em São Paulo/SP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 54.276.936/0001-79, Banco Genial S.A., com sede no Rio de Janeiro/RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 45.246.410/0001-55, LEFOSSE Advogados, com sede em São Paulo/SP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 57.756.694/0001-09, e Thymos Energia Engenharia e Consultoria Ltda, com sede em São Paulo/SP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 17.079.154/0001-13, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, neste ato representado na forma de seus atos constitutivos, em conformidade com a Solicitação de Proposta (*RFP*) nº 009 / 2021 - **BNDES/AED**, conforme previsão orçamentária sob rubrica nº 1150800801, centro de custo nº BN50004000, com esteio no art. 28, § 3º, da Lei nº 13.303, de 30.06.2016, e conforme regulado no âmbito do **BNDES** pela Res. Dir. nº 3685 – **BNDES**, de 15.10.2020, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a prestação dos serviços de Due Diligence e Avaliação Econômico-Financeira necessários à estruturação e à implementação dos

1/24

processos de desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS (“SERVIÇO B”), conforme especificações constantes do PROJETO BÁSICO e da proposta apresentada pelo CONTRATADO, respectivamente, Anexos I e II deste CONTRATO.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O presente CONTRATO terá duração de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado quando necessário para a conclusão da execução do objeto pactuado.

Parágrafo Primeiro

O **CONTRATADO** não poderá se recusar a prorrogar a vigência do CONTRATO, caso a necessidade dessa alteração contratual decorra de sua conduta, omissiva ou comissiva, dolosa ou culposa, cabendo-lhe concluir o objeto contratual.

Parágrafo Segundo

A prorrogação não terá como efeito a purgação de eventual mora do **CONTRATADO** salvo se houver previsão explícita para tanto por parte do **BNDES**.

CLÁUSULA TERCEIRA – LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto contratado respeitará as especificações constantes do **PROJETO BÁSICO** e da proposta apresentada pelo **CONTRATADO**, respectivamente, Anexos I e II deste CONTRATO.

CLÁUSULA QUARTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

O **BNDES** efetuará o recebimento do objeto, através do GESTOR DO CONTRATO, que será designado oportunamente pelo BNDES, sendo observada as condições a seguir.

Parágrafo Primeiro

Caberá ao GESTOR DO CONTRATO a emissão de **RECIBO** e **ACEITE** para os **PRODUTOS**, e **TERMO DE RECEBIMENTO** para as **ETAPAS**, como instrumentos formais para confirmação da entrega dos **SERVIÇOS ESPECIALIZADOS** e **PRODUTOS** definidos na **TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA** integrante da proposta (Anexo III deste CONTRATO), devendo o **CONTRATADO** obedecer aos prazos ali definidos.

Parágrafo Segundo

Entregue o **PRODUTO** pelo **CONTRATADO**, o **GESTOR DO CONTRATO** emitirá o respectivo **RECIBO** e dará início à verificação da sua conformidade com as especificações técnicas previstas no **PROJETO BÁSICO**, no **CONTRATO** e em seus Anexos. Os **PRODUTOS** a serem entregues devem estar, obrigatoriamente, em suas versões finais, não devendo ser entregues em suas versões preliminares, rascunhos ou similares.

Parágrafo Terceiro

Após a emissão do **RECIBO**, o **GESTOR DO CONTRATO** providenciará a verificação de conformidade dos **PRODUTOS** com os critérios de aceitação especificados no **PROJETO BÁSICO**, podendo solicitar, sem custos adicionais, esclarecimentos e ajustes que se fizerem necessários. Verificada a necessidade de ajustes, correções e/ou substituições, o seguinte procedimento será adotado:

1. o **CONTRATADO** será convocado por escrito, por carta ou e-mail, a efetuá-los, às suas expensas, em prazo a ser definido pelo **BNDES**, ou, na ausência de acordo, em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data da convocação;
2. realizados os ajustes e/ou as substituições solicitadas pelo **BNDES**, será emitido novo **RECIBO**, sendo realizada, em seguida, nova avaliação de conformidade pelo **BNDES**; e
3. não realizados os ajustes e/ou as substituições solicitadas até a data estabelecida pelo **BNDES** ou em até 15 (quinze) dias corridos contados da data da convocação, o objeto será rejeitado total ou parcialmente, ficando o **CONTRATADO** sujeito à aplicação das penalidades previstas no **CONTRATO**.

Parágrafo Quarto

Após a verificação de conformidade dos **PRODUTOS** com os critérios de aceitação especificados no **PROJETO BÁSICO** e demais anexos ao **CONTRATO**, o **GESTOR DO CONTRATO** emitirá o **ACEITE** do **PRODUTO**, observado que:

1. constitui condição indispensável para o pagamento do valor ajustado;
2. transfere ao **BNDES** o conteúdo, manuseio e disposição dos **PRODUTOS** como seus próprios, mediante a condição de que cada cópia contenha os avisos e isenções de responsabilidade do **CONTRATADO**;
3. não exclui a responsabilidade do **CONTRATADO** por incorreções reveladas posteriormente, nem pela garantia dos serviços realizados;

4. não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo **CONTRATO**; e
5. não exclui a obrigação do **CONTRATADO** em efetuar atualizações e ajustes posteriores dos **PRODUTOS** de modo a atender ao escopo do projeto, de acordo com o **PROJETO BÁSICO**.

Parágrafo Quinto

Verificado o atendimento das especificações, condições e obrigações previstas no **PROJETO BÁSICO**, no **CONTRATO** e em seus anexos, o **GESTOR DO CONTRATO** emitirá o **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO** para as **ETAPAS** em até 30 (trinta) dias corridos, a contar da solicitação do **CONTRATADO**.

Parágrafo Sexto

A mera entrega do **PRODUTO** não constitui condição suficiente para a emissão do **RECIBO** pelo **GESTOR DO CONTRATO**, sendo necessário para tanto a verificação de que o respectivo **PRODUTO** se encontra com todos os elementos previstos no **PROJETO BÁSICO** contemplados com profundidade e qualidade técnicas condizentes com a complexidade do projeto, ainda que sejam necessários ajustes em seu teor.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

O **BNDES** pagará ao **CONTRATADO**, pela execução do objeto contratado, o valor de até R\$ **5.977.777,77** (cinco milhões, novecentos e setenta e sete mil, setecentos e setenta e sete reais e setenta e sete centavos), conforme proposta apresentada (Anexo II deste **CONTRATO**).

Parágrafo Primeiro

No valor ajustado no *caput* desta Cláusula estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, insumos, encargos trabalhistas e tributos, inclusive contribuições fiscais e para fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste **CONTRATO**.

Parágrafo Segundo

Na hipótese de o objeto ser, a critério do **BNDES**, parcialmente executado e recebido, os valores previstos nesta Cláusula serão proporcionalmente reduzidos, observada a **MATRIZ DE RISCO** (Anexo IV deste **CONTRATO**), sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Terceiro

Caso o **BNDES** não demande o total do objeto previsto neste CONTRATO, não será devida indenização ao **CONTRATADO**.

Parágrafo Quarto

O **CONTRATADO** deverá arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso os quantitativos previstos inicialmente em sua proposta não sejam satisfatórios para o atendimento ao objeto deste CONTRATO.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

O **BNDES** efetuará o pagamento referente ao objeto deste CONTRATO, em relação aos produtos recebidos e serviços inerentes à Etapa concluída, por meio de crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de apresentação do documento fiscal ou equivalente legal (como nota fiscal, fatura, boleto bancário com código de barras, recibo de pagamento a autônomo), desde que tenha sido efetuado ateste pelo GESTOR DO CONTRATO das obrigações contratuais assumidas pelo **CONTRATADO**, observado o disposto no Anexo I (**PROJETO BÁSICO**) deste Instrumento.

Parágrafo Primeiro

O documento fiscal ou equivalente legal deverá ser apresentado ao **BNDES** no mês de sua emissão e até o dia 25 (vinte e cinco) do mesmo – ou data anterior que viabilize o tempestivo recolhimento de ISS, se a legislação tributária municipal incidente assim exigir – possibilitando o cumprimento, pelo **BNDES**, das obrigações fiscais principais e acessórias decorrentes deste CONTRATO. Havendo impedimento legal para o cumprimento desse prazo, o documento fiscal ou equivalente legal deverá ser apresentado até o primeiro dia útil do mês seguinte, mediante prévia autorização do **BNDES**.

Parágrafo Segundo

Nas hipóteses em que o recebimento definitivo ocorrer após a entrega do documento fiscal ou equivalente legal, o **BNDES** terá até 10 (dez) dias úteis, a contar da data em que o objeto tiver sido recebido definitivamente, para efetuar o pagamento.

Parágrafo Terceiro

Para toda efetivação de pagamento, o Contratado deverá encaminhar o documento fiscal ou equivalente em meio digital para caixa postal eletrônica ou protocolar em sistema eletrônico próprio do **BNDES**, considerando as orientações do Contratante vigentes na ocasião do pagamento. No caso de emissão de documento fiscal exclusivamente em meio físico o mesmo deverá ser encaminhado ao protocolo do **BNDES** para devido registro de recebimento.

Parágrafo Quarto

A sociedade líder do Consórcio poderá apresentar um documento fiscal ou equivalente legal para cada consorciado envolvido na execução contratual, proporcionalmente à respectiva parcela na execução do objeto quando permitido pela legislação tributária e desde que observadas as condições previstas nesta Cláusula.

Parágrafo Quinto

O **BNDES** não efetuará pagamento diretamente em favor do(s) subcontratado(s).

Parágrafo Sexto

O documento fiscal ou equivalente legal deverá respeitar a legislação tributária e conter, minimamente, as seguintes informações:

- I. número da Ordem de Compra/Serviço – OCS;
- II. número SAP do Contrato;
- III. número do pedido SAP, a ser informado pelo Gestor do Contrato;
- IV. número da Folha de Registro de Serviços (FRS), a ser informado pelo GESTOR DO CONTRATO;
- V. descrição detalhada do objeto executado e dos respectivos valores;
- VI. período de referência da execução do objeto;
- VII. nome e número do CNPJ do **CONTRATADO**, bem como o número de inscrição na Fazenda Municipal e/ou Estadual, conforme o caso;
- VIII. nome, telefone e *e-mail* do responsável pelo documento fiscal ou equivalente legal;
- IX. nome e número do banco e da agência, bem como o número da conta corrente do **CONTRATADO**, vinculada ao CNPJ constante do documento fiscal ou equivalente legal, com respectivos dígitos verificadores;
- X. tomador do serviço: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – **BNDES**;
- XI. CNPJ do tomador do serviço: 33.657.248/0001-89;
- XII. local de execução do objeto, emitindo-se um documento fiscal ou equivalente legal para cada Município em que o serviço seja prestado, se for o caso;
- XIII. código do serviço, nos termos da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003, em concordância com as informações inseridas na Declaração de Informações para Fornecimento - DIF; e
- XIV. número de inscrição do contribuinte individual válido junto ao INSS (NIT ou PIS/PASEP).

Parágrafo Sétimo

O documento fiscal ou equivalente legal emitido pelo **CONTRATADO** deverá estar em conformidade com a legislação do Município onde o **CONTRATADO** esteja estabelecido, e com as normas regulamentares aprovadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, especialmente no que tange à retenção de tributos federais, sob pena de devolução do documento e interrupção do prazo para pagamento.

Parágrafo Oitavo

Caso o **CONTRATADO** emita documento fiscal ou equivalente legal autorizado por Município diferente daquele onde se localiza o estabelecimento do **BNDES** tomador do serviço e destinatário da cobrança, deverá providenciar o cadastro junto à Secretaria Municipal de Fazenda ou órgão equivalente do Município do estabelecimento tomador, salvo quando se aplicar uma das exceções constantes dos incisos do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 116/03. A inexistência desse cadastro ou o cadastro em item diverso do faturado não constitui impeditivo ao processo de pagamento, mas um ônus a ser suportado pelo **CONTRATADO**, uma vez que o **BNDES** está obrigado a reter na fonte a quantia equivalente ao ISS dos serviços faturados, conforme legislação aplicável.

Parágrafo Nono

Ao documento fiscal ou equivalente legal deverão ser anexados:

- I. certidões de regularidade fiscal exigidas na fase de habilitação;
- II. comprovante de que o **CONTRATADO** é optante do Simples Nacional, se for o caso;
- III. em caso de isenção/imunidade tributária, documentos comprobatórios com a indicação do dispositivo legal que ampara a isenção/imunidade; e
- IV. demais documentos solicitados pelo GESTOR DO CONTRATO, necessários ao pagamento do objeto contratado.

Parágrafo Décimo

Caso sejam verificadas divergências, o **BNDES** devolverá o documento fiscal ou equivalente legal ao **CONTRATADO** ou solicitará a emissão de carta de correção, quando cabível, interrompendo-se o prazo de pagamento até que este providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pelo **BNDES**.

Parágrafo Décimo Primeiro

Os pagamentos a serem efetuados em favor do **CONTRATADO** estarão sujeitos, no que couber, às retenções de tributos, nos termos da legislação tributária e com base nas informações prestadas pelo **CONTRATADO**.

Parágrafo Décimo Segundo

Além de outras hipóteses previstas em lei ou no CONTRATO, o **BNDES** poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal ou equivalente legal, os valores referentes a multas, indenizações apuradas em processo administrativo, bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pelo **CONTRATADO**.

Parágrafo Décimo Terceiro

Caso o **BNDES** não efetue o pagamento na forma prevista nesta Cláusula, em decorrência de fato não atribuível ao **CONTRATADO**, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, *pro rata tempore*, calculados desde o dia do vencimento até a data da efetiva liquidação.

Parágrafo Décimo Quarto

No caso de inadimplemento total ou parcial do presente CONTRATO, o **BNDES** enviará carta ou *e-mail* ao **CONTRATADO**, solicitando, conforme o caso, a devolução total ou proporcional dos valores antecipados, que deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da solicitação, sob pena de pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre os valores antecipados, por dia de atraso, até o limite de 30% (trinta por cento).

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE DE PREÇOS

O equilíbrio financeiro do contrato reger-se-á pelas regras de Direito Civil, observadas as disposições deste instrumento e seus anexos, notadamente a **MATRIZ DE RISCOS** (Anexo IV deste CONTRATO), assegurado o reajuste de preços e a possibilidade de revisão, nos termos desta cláusula.

Parágrafo Primeiro

O reajuste de preços poderá ser requerido pelo **CONTRATADO** a cada período de 12 (doze) meses, sendo o primeiro contado do dia 06/_/05/_2021, data de apresentação da proposta (Anexo II deste CONTRATO), e os seguintes, do fato gerador anterior, adotando-se para tanto a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, medido pelo IBGE, sobre o preço referido na Cláusula de Preço deste Instrumento.

Parágrafo Segundo

A revisão de preços poderá ser realizada por iniciativa do **BNDES** ou mediante solicitação do **CONTRATADO**, quando ocorrer fato imprevisível ou previsível, porém, de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do CONTRATO, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo, porém, vedada nas

8/24

hipóteses em que o risco seja alocado ao **CONTRATADO** nos termos da Cláusula de MATRIZ DE RISCOS, respeitando-se o seguinte:

- I. o **CONTRATADO** deverá formular ao **BNDES** requerimento para a revisão do CONTRATO, comprovando a ocorrência do fato gerador;
- II. a comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta ou do último reajuste e do momento do pedido de revisão; e
- III. com o requerimento, o **CONTRATADO** deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da proposta ou do último reajuste e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado.

Parágrafo Terceiro

Independentemente de solicitação, o **BNDES** poderá convocar o **CONTRATADO** para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, ou de itens que compõem o custo, cabendo ao **CONTRATADO** apresentar as informações solicitadas pelo **BNDES**.

Parágrafo Quarto

O **CONTRATADO** deverá solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços até a prorrogação ou o encerramento do CONTRATO, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se, ainda, que:

- I. caso o fato gerador do reajuste e/ou da revisão de preços ou a divulgação do índice de reajuste ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias da prorrogação ou do encerramento do CONTRATO, o **CONTRATADO** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador ou da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços;
- II. caso a assinatura do aditivo de prorrogação torne superveniente a ocorrência do fato gerador do reajuste, ou a divulgação do índice de reajuste ocorra após a prorrogação ou o encerramento do CONTRATO, o **CONTRATADO** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador ou da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste de preços;
- III. o **BNDES** deverá analisar o pedido de reajuste e/ou revisão de preços em até 60 (sessenta) dias, contados da solicitação e da entrega pelo **CONTRATADO** dos comprovantes de variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério do **BNDES**, enquanto o **CONTRATADO** não apresentar a documentação solicitada para a comprovação da variação de custos; e

IV. caso o **CONTRATADO** não solicite o reajuste e/ou revisão de preços nos prazos fixados acima, não fará jus aos efeitos retroativos ou, caso o CONTRATO esteja encerrado, operar-se-á a renúncia a eventual direito ao reajuste e/ou à revisão.

Parágrafo Quinto

Se o processo de reajuste e/ou revisão de preços não for concluído até o vencimento do CONTRATO, e este for prorrogado, sua continuidade após o reequilíbrio econômico-financeiro ficará condicionada à manutenção da proposta do **CONTRATADO** como a condição mais vantajosa para o **BNDES**, podendo este:

I. realizar negociação de preços junto ao **CONTRATADO**, de forma a viabilizar a continuidade do ajuste, quando os novos valores fixados após o reajuste e/ou a revisão de preços estiverem acima do patamar apurado no mercado; ou

II. rescindir o CONTRATO, mediante aviso prévio ao **CONTRATADO**, com antecedência de 30 (trinta) dias, quando resultar infrutífera a negociação indicada no inciso anterior.

Parágrafo Sexto

Na ocorrência da hipótese prevista no inciso II do Parágrafo anterior, o **CONTRATADO** fará jus à integralidade dos valores apurados no processo de reajuste e/ou revisão de preços até o término do CONTRATO, não podendo, todavia, reclamar qualquer indenização em razão da rescisão do mesmo.

CLÁUSULA OITAVA – MATRIZ DE RISCOS

O **BNDES** e o **CONTRATADO**, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na **MATRIZ DE RISCOS** constante em Anexo IV deste CONTRATO.

Parágrafo Primeiro

O reajuste de preço aludido na MATRIZ DE RISCOS deve respeitar o disposto na Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro deste CONTRATO.

Parágrafo Segundo

O **CONTRATADO** deve suportar os eventos supervenientes alocados como de sua responsabilidade na MATRIZ DE RISCOS.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA CONTRATUAL

O **CONTRATADO** prestará, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da convocação, garantia contratual, sob pena de rescisão e/ou aplicação de penalidade nos termos deste CONTRATO, no valor de R\$ _298.888,89 (duzentos e noventa e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente CONTRATO, que lhe será devolvida após a verificação do cumprimento fiel, correto e integral dos termos contratuais.

I. Caução em dinheiro: deverá ser depositada em favor do **BNDES**, de acordo com as orientações que serão fornecidas quando da referida convocação;

II. Seguro Garantia: a Apólice de Seguro deverá ser emitida por Instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP a operar no mercado securitário, que não se encontre sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e que não esteja cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP;

a) O Instrumento de Apólice de Seguro deve prever expressamente:

a.1) responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas ao **CONTRATADO**;

a.2) vigência pelo prazo contratual;

a.3) prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência contratual, para apuração de eventual inadimplemento do **CONTRATADO** - ocorrido durante a vigência contratual -, e para a comunicação da expectativa de sinistro ou do efetivo aviso de sinistro, observados os prazos prescricionais pertinentes.

III. Fiança Bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por Instituição Financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil - BACEN para funcionar no Brasil e que não se encontre em processo de liquidação extrajudicial ou de intervenção do BACEN.

a) O Instrumento de Fiança deve prever expressamente:

a.1) renúncia expressa, pelo fiador, ao benefício de ordem disposto no artigo 827 do Código Civil;

a.2) vigência pelo prazo contratual;

a.3) prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência contratual, para apuração de eventual inadimplemento do **CONTRATADO** - ocorrido durante a vigência contratual -, e para a comunicação do inadimplemento à Instituição Financeira, observados os prazos prescricionais pertinentes.

Parágrafo Primeiro

O prazo previsto para a apresentação da garantia poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo **CONTRATADO** durante o respectivo transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo **BNDES**.

Parágrafo Segundo

Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência do CONTRATO, utilização total ou parcial da garantia pelo **BNDES**, ou em situações outras que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, o **CONTRATADO** deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pelo **BNDES** ou pactuado, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.

Parágrafo Terceiro

Nos demais casos de alteração do CONTRATO, sempre que o mesmo for garantido por fiança bancária ou seguro garantia, o **CONTRATADO** deve obter do garantidor anuência em relação à manutenção da garantia, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da alteração. Recusando-se o garantidor a manter a garantia, cabe ao **CONTRATADO** obter nova garantia no mesmo prazo, prorrogável por igual período a critério do **BNDES**.

Parágrafo Quarto

No caso de Consórcio, somente será aceita uma única garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes ou que entrarem em vigor, constituem obrigações do **CONTRATADO**:

- I. manter durante a vigência deste CONTRATO todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pelo **BNDES**;
- II. comunicar a imposição, a si ou a qualquer consorciada, de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com o **BNDES**, bem como a eventual perda dos pressupostos para o processo seletivo;
- III. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do CONTRATO em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução;
- IV. reparar todos os danos e prejuízos causados ao **BNDES** ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do GESTOR DO CONTRATO;

V. pagar todos os encargos e tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste Contrato, podendo o **BNDES**, a qualquer momento, exigir do **CONTRATADO** a comprovação de sua regularidade;

VI. providenciar, perante a Receita Federal do Brasil - RFB, comprovando ao **BNDES**, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006, se o **CONTRATADO**, quando optante:

- a) extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ao longo da vigência deste CONTRATO; ou
- b) enquadrar-se em alguma das situações previstas no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006;

VII. permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo GESTOR DO CONTRATO;

VIII. obedecer às instruções e aos procedimentos, estabelecidos pelo **BNDES**, para a adequada execução do CONTRATO;

IX. designar 01 (um) preposto como responsável pelo CONTRATO firmado com o **BNDES**, para participar de eventuais reuniões sobre gestão contratual e ser o interlocutor do **CONTRATADO**, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento, sem prejuízo da obrigação da Equipe Técnica do CONTRATADO em comparecer às reuniões de acompanhamento do projeto, bem como em quaisquer outras solicitadas pelo GESTOR DO CONTRATO;

X. apresentar, em até 10 (dez) dias úteis após a convocação, a Declaração de Informações para Fornecimento - DIF, adequadamente preenchida, sob pena de instauração de procedimento punitivo para aplicação de penalidade, e de retenção tributária, pelo **BNDES**, nos casos previstos em lei, da alíquota que entender adequada;

- a) as informações inseridas na Declaração de Informações para Fornecimento – DIF não deverão divergir das constantes do documento fiscal ou equivalente legal;
- b) no caso de consórcio, o **CONTRATADO** deverá apresentar, ainda, uma DIF para cada consorciado, devidamente preenchida(s) com os respectivos dados e assinada(s) pelo(s) respectivo(s) representante(s) legal(is).

XI. Executar os serviços em conformidade com a proposta aprovada, nos exatos moldes estabelecidos no Anexo I (**PROJETO BÁSICO**) e em conformidade com o respectivo planejamento e instruções emitidas pelo **BNDES**;

XII. Conduzir os trabalhos de acordo com as leis, regulamentos, posturas e normas técnicas, em estrita observância às legislações Federal, Estadual e Municipal e a quaisquer ordens ou determinações do Poder Público, incluindo órgãos de regulamentação e fiscalização profissionais, devendo ainda conduzir os trabalhos e o

seu pessoal de modo a formar, junto ao público, uma boa imagem do **BNDES** e do próprio **CONTRATADO**;

XIII. Cumprir rigorosamente as normas de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, emanadas da legislação pertinente;

XIV. Responsabilizar-se pela análise e estudos dos documentos técnicos fornecidos pelo **BNDES** para a execução do objeto deste CONTRATO, não se admitindo, em qualquer hipótese, a alegação de desconhecimento sobre tais documentos. Caso o **CONTRATADO** constatare quaisquer discrepâncias, omissões ou erros, inclusive qualquer transgressão às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor, deverá comunicar o fato, por escrito, ao **BNDES** para que tais defeitos sejam sanados;

XV. Obter as informações necessárias para a correta execução dos trabalhos, inclusive eventuais consultas aos órgãos públicos, empresas privadas e profissionais ou quaisquer outros tipos de prospecção de projetos e dados necessários à correta execução dos serviços previstos nas especificações;

XVI. Sugerir medidas visando ao aperfeiçoamento da execução do objeto deste CONTRATO;

XVII. Admitir e dirigir, sob sua inteira responsabilidade, o pessoal adequado e capacitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para a execução do objeto deste CONTRATO, mobilizando ou desmobilizando a equipe para adequá-la ao cronograma;

XVIII. Comprovar, quando solicitado pelo **BNDES**, o vínculo jurídico entre os integrantes da equipe técnica e o **CONTRATADO**;

XIX. Manter, durante a vigência do presente Instrumento, a equipe de profissionais indicados para o atendimento das exigências mínimas, admitindo-se, excepcionalmente, a substituição por profissionais que atendam ao perfil exigido, desde que aprovada pelo **BNDES**;

XX. Arcar com todos os ônus e obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, previdenciária, tributária, fiscal, securitária, comercial, civil e criminal que se relacionem direta ou indiretamente com a prestação dos serviços objeto deste CONTRATO, inclusive no tocante a seus empregados, dirigentes, subcontratados e prepostos, pagando, inclusive, as multas porventura impostas pelas autoridades, de tudo dando ciência ao **BNDES**;

XXI. Responsabilizar-se por qualquer ônus decorrente de possível chamamento do **BNDES** em juízo, como litisconsorte, em ação trabalhista ou de reparação civil em decorrência da execução dos serviços objeto deste CONTRATO, ficando o **BNDES**, desde já, autorizado a glosar, nas faturas, as importâncias estimadas com o processo. A inadimplência com referência aos encargos estabelecidos neste subitem não

transfere ao **BNDES** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste CONTRATO;

XXII. Substituir, às suas custas, os funcionários que, a critério do **BNDES**, apresentarem comportamento inadequado ou, em algum momento, desrespeitarem as condições a eles inerentes;

XXIII. Responsabilizar-se por todo e qualquer prejuízo financeiro que o **BNDES** venha a sofrer devido a erros ou incorreções na execução dos serviços prestados, nos prazos previstos na legislação vigente;

XXIV. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição dos serviços pelo **BNDES** e pelos atrasos acarretados por esta rejeição, bem como por qualquer multa a que vier a ser imposta pelo **BNDES**;

XXV. Corrigir, sem ônus para o **BNDES**, imperfeições, erros, vícios ou incoerências nos serviços prestados dentro do prazo adequado;

XXVI. Constatado dano a bens do **BNDES** ou sob a sua responsabilidade ou, ainda, a bens de terceiros, o CONTRATADO, de pronto, os reparará ou, se assim não proceder, o **BNDES** utilizará os créditos daquela para ressarcir os prejuízos de quem de direito;

XXVII. Observar as regras do Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), principalmente no tocante ao envio das informações exigidas, de acordo com as regulamentações vigentes;

XXVIII. Promover todas as revisões e ajustes necessários nos PRODUTOS, com vistas ao atendimento de demandas provenientes do **BNDES**, da União, de órgãos de fiscalização, regulação e controle interno e externo, até conclusão do objeto deste CONTRATO.

XXIX. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito de órgão ou entidade da administração pública federal em que sejam desenvolvidos os serviços relacionados ao objeto deste CONTRATO, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203/2010.

Parágrafo Primeiro

Os autores dos projetos e/ou estudos, na condição de contratados ou subcontratados, bem como seus controladores, controlados ou coligados, não poderão participar, direta ou indiretamente, de futura licitação de parceria ou da composição de sociedade de propósito específico criada para a respectiva execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CONDUTA ÉTICA DO CONTRATADO E DO BNDES

O **CONTRATADO** e o **BNDES** comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos e, em especial, por sua responsabilidade socioambiental.

Parágrafo Primeiro

Em atendimento ao disposto no *caput* desta Cláusula, o **CONTRATADO** obriga-se, inclusive, a:

- I. não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com este CONTRATO, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;
- II. impedir o favorecimento ou a participação de empregado ou dirigente do Sistema **BNDES** (**BNDES** e suas subsidiárias) na execução do objeto do presente CONTRATO;
- III. providenciar para que não sejam alocados, na execução dos serviços, familiares de dirigente ou empregado do Sistema **BNDES**, considerando-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau;
- IV. observar o Código de Ética do Sistema **BNDES** vigente ao tempo da contratação, o Regulamento de Contratações relativas à Estruturação de Projetos e de Medidas de Desestatização, a Política de Conduta e de Integridade das Licitações e Contratos Administrativos do Sistema **BNDES** e a Política Corporativa Anticorrupção do Sistema **BNDES**, assegurando-se de que seus representantes, administradores e todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes; e
- V. adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

Parágrafo Segundo

O **BNDES** recomenda, ao **CONTRATADO**, considerar em suas práticas de gestão a implantação de programa de integridade estruturado, voltado à prevenção, detecção e remediação da ocorrência de fraudes e atos de corrupção.

Parágrafo Terceiro

Verificada uma das situações mencionadas nos incisos II e III do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, compete ao **CONTRATADO** afastar imediatamente da execução do CONTRATO os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato ao **BNDES**, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.

Parágrafo Quarto

O **CONTRATADO** declara ter conhecimento do Código de Ética do Sistema **BNDES** vigente ao tempo da contratação, o Regulamento de Contratações relativas à Estruturação de Projetos e de Medidas de Desestatização, a Política de Conduta e de Integridade das Licitações e Contratos Administrativos do Sistema **BNDES** e a Política Corporativa Anticorrupção do Sistema **BNDES**, que poderão ser consultados por intermédio da página na *internet* (www.bndes.gov.br) ou requisitados ao GESTOR DO CONTRATO.

Parágrafo Quinto

Eventuais irregularidades ou descumprimentos das normas internas do **BNDES** ou da legislação vigente podem ser denunciados à Ouvidoria por qualquer cidadão através dos seguintes canais: página na *internet* (www.bndes.gov.br/ouvidoria); correio (Caixa Postal 15054, CEP 20031-120, Rio de Janeiro – RJ); e telefone (0800 702 6307).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SIGILO DAS INFORMAÇÕES

Cabe ao **CONTRATADO** cumprir as seguintes regras de sigilo e assegurar a aceitação e adesão às mesmas por profissionais que integrem ou venham a integrar a sua equipe na prestação do objeto deste CONTRATO, as quais perdurarão, inclusive, após a cessação do vínculo contratual e da prestação dos serviços:

- I. cumprir as diretrizes e normas da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**, necessárias para assegurar a integridade e o sigilo das informações;
- II. não acessar informações sigilosas do **BNDES**, salvo quando previamente autorizado por escrito;
- III. sempre que tiver acesso às informações mencionadas no inciso anterior:
 - a) manter sigilo dessas informações, não podendo copiá-las, reproduzi-las, retê-las ou praticar qualquer outra forma de uso que não seja imprescindível para a adequada prestação do objeto deste CONTRATO;
 - b) limitar o acesso às informações aos profissionais envolvidos na prestação dos serviços objeto deste CONTRATO, os quais deverão estar cientes da natureza sigilosa das informações e das obrigações e responsabilidades decorrentes do uso dessas informações; e

c) informar imediatamente ao **BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como dos profissionais envolvidos, adotando todas as orientações do **BNDES** para remediar a violação;

IV. entregar ao **BNDES**, ao término da vigência deste CONTRATO, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa e registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa a que teve acesso no âmbito deste CONTRATO; e

V. apresentar, antes do início da prestação dos serviços, Termos de Confidencialidade assinados pelo Representante Legal do CONTRATADO (modelo constante do Anexo V), e pelos profissionais que acessarão informações sigilosas (modelo constante do Anexo VI), devendo referida obrigação ser também cumprida por ocasião de substituição desses profissionais.

Parágrafo Primeiro

Os contratados e subcontratados deverão assegurar o sigilo e o tratamento adequado de eventuais informações privilegiadas a que venham ter acesso em virtude da execução contratual, devendo informar formalmente ao **BNDES** qualquer situação potencial ou efetiva de descumprimento dessa obrigação ou de configuração de conflito de interesses.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DO BNDES

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, ou que entrem em vigor, constituem obrigações do **BNDES**:

I. realizar os pagamentos devidos ao **CONTRATADO**, nas condições estabelecidas neste CONTRATO;

II. designar, como GESTOR DO CONTRATO, Guilherme Garcia de Freitas, que atualmente exerce a função de Gerente da AED/DEPRO1/GEPRO4, a quem caberá o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da execução dos serviços, bem como a liquidação da despesa e o atestado de cumprimento das obrigações assumidas;

III. designar substituto do GESTOR DO CONTRATO, Filipe Bordalo di Luccio, para atuar em sua eventual ausência;

IV. alterar, quando conveniente, o GESTOR DO CONTRATO e/ou o seu substituto, por outro profissional, mediante comunicação escrita ao **CONTRATADO**;

V. colocar à disposição do **CONTRATADO** todas as informações necessárias à perfeita execução dos serviços objeto deste CONTRATO; e

VI. comunicar ao **CONTRATADO**, por escrito:

- a) quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao CONTRATO;
- b) a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares do **CONTRATADO**, concedendo-lhe prazo para defesa; e
- c) a aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CESSÃO DE CONTRATO OU DE CRÉDITO, SUCESSÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a cessão deste CONTRATO, total ou parcialmente, ou de qualquer crédito dele decorrente, bem como a emissão, por parte do **CONTRATADO**, de qualquer título de crédito em razão do mesmo.

Parágrafo Primeiro

É admitida a sucessão contratual nas hipóteses em que o **CONTRATADO** realizar as operações societárias de fusão, cisão ou incorporação, condicionada aos seguintes requisitos:

- I. aquiescência prévia do **BNDES**, que analisará eventuais riscos ou prejuízos decorrentes de tal alteração contratual; e
- II. manutenção de todas as condições contratuais e requisitos de habilitação originais.

Parágrafo Segundo

Caso ocorra a sucessão contratual admitida no Parágrafo anterior, o sucessor assumirá integralmente a posição do sucedido, passando a ser responsável pela execução do presente CONTRATO, fazendo, por conseguinte, jus ao recebimento dos créditos dele decorrentes.

Parágrafo Terceiro

É admitida a subcontratação da parcela do objeto deste CONTRATO, condicionada aos seguintes requisitos:

- I. inexistência de vedação expressa nas disposições do **PROJETO BÁSICO** (Anexo I deste CONTRATO);
- II. aquiescência prévia do **BNDES**, que analisará eventuais riscos ou prejuízos decorrentes de tal operação; e
- III. atendimento de todas as condições contratuais e requisitos para a subcontratação previstos no **PROJETO BÁSICO** (Anexo I deste CONTRATO), cabendo ao **CONTRATADO** apresentar, sempre que solicitado pelo **BNDES**, os respectivos documentos comprobatórios.

Parágrafo Quarto

A subcontratação pode ser realizada com sociedades distintas e de forma simultânea, devendo, em todos os casos, ser relacionada à parcela do objeto autorizada pelo **BNDES**.

Parágrafo Quinto

Caso o **CONTRATADO** opte por subcontratar o objeto deste CONTRATO, permanecerá como responsável perante o **BNDES** pela adequada execução do ajuste, sujeitando-se, inclusive, às penalidades previstas neste CONTRATO, na hipótese de não cumprir as obrigações ora pactuadas, ainda que por culpa da sociedade subcontratada.

Parágrafo Sexto

Aceita, pelo **BNDES**, a subcontratação, o **CONTRATADO** deverá apresentar os Termos de Confidencialidade, conforme minuta constante em Anexo Vli (Minuta de Termo de Confidencialidade para Subcontratação) deste CONTRATO, assinados pelo representante legal e pelos profissionais da sociedade subcontratada envolvidos na execução dos serviços subcontratados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PENALIDADES

Em caso de inexecução total ou parcial do CONTRATO, inclusive de descumprimento de exigência expressamente formulada pelo **BNDES** ou de inobservância de qualquer obrigação legal, bem como em caso de mora, sem motivo justificado, o **CONTRATADO** ficará sujeito às seguintes penalidades:

I. advertência;

II. multa:

- a) de até 10% (dez por cento), por dia de atraso na entrega dos produtos, incidente sobre o valor da parcela do CONTRATO correspondente, limitado a 30% (trinta por cento) do valor global do CONTRATO;
- b) de até 10% (dez por cento), incidente sobre o valor do Contrato, em virtude de qualquer descumprimento contratual não previsto nas alíneas anteriores, apurada de acordo com a gravidade da infração; e

III. impedimento de participar dos processos seletivos por até 2 (dois) anos, conforme Resolução 3.685/2020 – **BNDES**.

Parágrafo Primeiro

As penalidades indicadas nesta Cláusula somente poderão ser aplicadas após o contraditório e a ampla defesa, facultada ao **CONTRATADO** a defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Segundo

Contra a decisão de aplicação de penalidade, o **CONTRATADO** poderá interpor o recurso cabível.

Parágrafo Terceiro

A imposição de penalidade prevista nesta Cláusula não impede a extinção do CONTRATO pelo **BNDES**, nos termos da legislação aplicável e da Cláusula de Extinção do Contrato.

Parágrafo Quarto

A multa prevista nesta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as demais penalidades.

Parágrafo Quinto

A multa aplicada ao **CONTRATADO** e os prejuízos causados ao **BNDES** serão deduzidos de quaisquer créditos a ele devidos, assim como da garantia prestada, ressalvada a possibilidade de cobrança judicial da diferença eventualmente não coberta pelos mencionados créditos.

Parágrafo Sexto

No caso de uso indevido de informações sigilosas, observar-se-ão, no que couber, os termos da Lei nº 12.527/2011 e do Decreto nº 7.724/2012.

Parágrafo Sétimo

No caso de atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, observar-se-ão os termos da Lei nº 12.846/2013.

Parágrafo Oitavo

A sanção prevista no inciso III desta Cláusula também poderá ser aplicada às sociedades ou profissionais que:

- I. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos do processo seletivo;
- III. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o **BNDES** em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente CONTRATO poderá ser alterado, por acordo entre as partes, observando-se a legislação aplicável.

Parágrafo Primeiro

Em atenção aos princípios que regem as relações contratuais, nas hipóteses em que for imprescindível a alteração deste CONTRATO para viabilizar sua plena execução, não caberá a recusa das partes à respectiva formalização, salvo em caso de justo motivo, devidamente comprovado pela parte que o alegar.

Parágrafo Segundo

A parte que, injustificadamente, se recusar a promover a alteração contratual indicada no Parágrafo anterior, deverá responder pelos danos eventualmente causados, sem prejuízo das demais consequências previstas neste Instrumento e na legislação vigente.

Parágrafo Terceiro

As alterações contratuais serão formalizadas mediante instrumento aditivo, ressalvadas as hipóteses de pequenos ajustes ou alteração de dados acessórios do CONTRATO, que poderão ser celebrados por meio epistolar.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – EXTINÇÃO DO CONTRATO

O presente CONTRATO poderá ser extinto de acordo com as hipóteses previstas na legislação, convencionando-se, ainda, que é cabível a sua resolução:

- I. em razão do inadimplemento total ou parcial de qualquer de suas obrigações, cabendo à parte inocente notificar a outra por escrito, assinalando-lhe prazo razoável para o cumprimento das obrigações, quando o mesmo não for previamente fixado neste Instrumento ou em seus anexos;
- II. em virtude da suspensão da execução do CONTRATO, por ordem escrita do **BNDES**, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo;
- III. quando for decretada a falência do **CONTRATADO**;
- IV. caso o **CONTRATADO** perca uma das condições de habilitação exigidas quando da contratação;
- V. na hipótese de descumprimento do previsto na Cláusula de Cessão de Contrato ou de Crédito, Sucessão Contratual e Subcontratação;
- VII. caso o **CONTRATADO** seja declarado inidôneo pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal;
- VIII. em função da suspensão do direito de o **CONTRATADO** contratar ou participar de processos seletivos com o **BNDES**;
- IX. na hipótese de caracterização de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013, cometido pelo **CONTRATADO** no processo de contratação ou por

22/24

ocasião da execução contratual;

XI. quando da ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do CONTRATO.

Parágrafo Primeiro

Caracteriza inadimplemento das obrigações de pagamento pecuniário do presente CONTRATO, a mora superior a 90 (noventa) dias.

Parágrafo Segundo

Os casos de extinção contratual convencionados no *caput* desta Cláusula deverão ser precedidos de notificação escrita à outra parte do CONTRATO, e de oportunidade de defesa, dispensada a necessidade de interpelação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO;

Anexo I – Projeto Básico;

Anexo II – Proposta Contratada;

Anexo III – Tabela de Produtos, Preços e Prazos de Entrega

Anexo IV – Matriz de Risco;

Anexo V – Termo de Confidencialidade para Representante Legal;

Anexo VI – Minuta de Termo de Confidencialidade para Profissionais; e

Anexo VII – Minuta de Termo de Confidencialidade para Subcontratação.

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente deste CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá as partes de exercerem os seus direitos a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

É competente o foro da cidade do Rio de Janeiro para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nos termos da legislação vigente, as Partes expressamente reconhecem como válida e suficiente a comprovação de anuência e vinculação aos termos deste CONTRATO

23/24

por formato eletrônico, incluindo a adoção de assinaturas eletrônicas pelas Partes e pelas 02 (duas) testemunhas abaixo indicadas.

Considera-se, para todos os efeitos legais, como data da formalização jurídica deste CONTRATO, a data indicada abaixo.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2021.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

CONSÓRCIO NOVA ELETROBRAS

Testemunhas:

Nome/CPF:

Nome/CPF:

CONTRATO OCS N° 084/2021

ANEXO I

PROJETO BÁSICO – ANEXO I do CONTRATO OCS Nº 084/2021

1 OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto a contratação dos serviços de Avaliação Econômico-Financeira, Due Diligence Jurídica, Due Diligence Contábil-Patrimonial e Relatório de Premissas (“**SERVIÇO B**”), necessários à estruturação e implementação do **PROJETO de DESESTATIZAÇÃO da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS (“ELETROBRAS”)**, conforme especificações deste **PROJETO BÁSICO**:

1.2 A estruturação do **PROJETO** será composta pelos seguintes serviços, a serem integrados em momento oportuno pelo **BNDES**:

- a) “**SERVIÇO A**” (Avaliação Econômico-Financeira independente), a ser contratado em processo seletivo distinto, objeto de outra RFP.
- b) “**SERVIÇO B**” (Avaliação Econômico-Financeira independente, Due Diligence Jurídica, Due Diligence Contábil-Patrimonial e Relatório de Premissas), objeto do presente processo seletivo; e
- c) “**SERVIÇO C**” (Relatório de detalhamento de modelagem, Relatório Final do Processo de Desestatização, Relatório de *Fairness Opinion*, Assessoria de Estruturação Financeira, Assessoria Jurídica e Assessoria de Comunicação e Gestão de Stakeholders), a ser contratado em processo seletivo distinto, objeto de outra RFP.

1.2.1 Cada um dos serviços acima será objeto de uma contratação própria, reservando-se ao **BNDES** o direito de alterar a sistemática proposta e os escopos dos serviços, agrupando-os ou redistribuindo-os, antes da publicação dos respectivos instrumentos convocatórios.

1.2.2 O escopo dos serviços acima citados foi separado em duas fases, nos termos das **TABELAS DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA** do **SERVIÇO A**, do **SERVIÇO B** e do **SERVIÇO C**, além dos **SERVIÇOS CONTÍNUOS**, que deverão ser prestados pela **CONTRATADA C** ao longo da **FASE 1** e da **FASE 2**, conforme figura a seguir.

		FASE 1 ESTUDOS DE DUE DILIGENCE & AVALIAÇÕES E MODELAGEM		FASE 2 IMPLEMENTAÇÃO
		<u>ETAPA 1</u>	<u>ETAPA2</u>	<u>ETAPA 3</u>
SERVIÇOS TÉCNICOS	SERVIÇO A		AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	
	SERVIÇO B	DUE DILIGENCE JURÍDICA		
		DUE DILIGENCE CONTABIL-PATRIMONIAL		
		RELATÓRIO DE PREMISSAS		
		AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA		
	SERVIÇO C		RELATÓRIO DE DETALHAMENTO DA MODELAGEM	RELATÓRIO FINAL DO PROCESSO DE DESESTATIZAÇÃO DA ELETROBRAS
				RELATÓRIO DE FAIRNESS OPINION
		SERVIÇOS CONTÍNUOS		
			ASSESSORIA DE ESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA	
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E GESTÃO DE STAKEHOLDERS				
ASSESSORIA JURÍDICA				

- 1.2.3 Na **FASE 1 – ESTUDOS DE DUE DILIGENCE & AVALIAÇÕES E MODELAGEM** (doravante denominada “**FASE 1**”) serão executados os serviços especificados para a **FASE 1** do **SERVIÇOS A, B e C**.
- 1.2.4 Na **FASE 2 – IMPLEMENTAÇÃO** (doravante denominada “**FASE 2**”), em função da Modelagem final aprovada pelas instâncias decisórias do processo, e do detalhamento realizado na **FASE 1**, serão executados os serviços especificados para a **FASE 2** dos **SERVIÇOS A, B e C**.
- 1.2.4.1 A **FASE 2** somente terá início após decisão das **INSTÂNCIAS DECISÓRIAS DO PROJETO** e autorização formal do **BNDES**.
- 1.2.5 Os **SERVIÇOS CONTÍNUOS** correspondem aos serviços especializados, a serem prestados por meio da disponibilidade dos profissionais da **CONTRATADA C**, ao longo da **FASE 1** e da **FASE 2**, e mediante solicitação do **BNDES**, com vistas à execução do **PROJETO**.

- 1.3 O **CONCORRENTE** vencedor do **SERVIÇO B** será responsável pela execução das atividades previstas para esse SERVIÇO, nos termos do **ANEXO 2 da RFP (Tabela de Produtos, Preços e Prazos de Entrega do SERVIÇO B)**.
- 1.4 As FASES 1 e 2 são independentes, e o **BNDES** poderá, a qualquer momento, determinar a interrupção dos serviços, inclusive em virtude de eventual não conversão em Lei da Medida Provisória nº 1.031/2021, sem qualquer direito de indenização à **CONTRATADA B**, ressalvados os pagamentos devidos em decorrência dos **PRODUTOS** recebidos e aceitos pelo **BNDES**.
- 1.4.1 Inclui-se na hipótese do subitem 1.4 acima, a interrupção do **PROJETO** por decisão dos órgãos competentes ou nas demais hipóteses previstas pela legislação em vigor, devendo ser a **CONTRATADA** comunicada acerca da interrupção da prestação dos serviços.
- 1.4.2 Os **PRODUTOS** recebidos e aceitos anteriormente à comunicação de interrupção dos serviços serão pagos nos termos dos itens 18 e 19 deste Projeto Básico. Eventual conversão da MP nº 1.031/2021 com alterações nas premissas ou condições da desestatização não ensejará o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro em favor da **CONTRATADA**, salvo se referidas alterações ensejarem a necessidade de elaboração de produtos não previstos inicialmente no presente PROJETO BÁSICO.
- 1.4.3 A hipótese de interrupção dos serviços entre a entrega (mediante **RECIBO**) de **PRODUTO(s)** e o(s) **ACEITE(s)** pelo **BNDES**, os pagamentos passarão a ser devidos após emissão de respectivo(s) **ACEITE(s)**. Nesta hipótese, os **PRODUTOS** serão pagos pelos valores estabelecidos no **ANEXO 2 da RFP (Tabela de Produtos, Preços e Prazos de Entrega do SERVIÇO B)**.
- 1.5 Constituem os principais **PRODUTOS** e **SERVIÇOS** do **SERVIÇO B**, conforme detalhado neste **PROJETO BÁSICO** e no **ANEXO 2 da RFP (Tabela de Produtos, Preços e Prazos de Entrega do SERVIÇO B)**:

PRODUTOS DO SERVIÇO B:		
FASE 1 – ESTUDOS DE DUE DILIGENCE & AVALIAÇÕES E MODELAGEM		
ETAPA 1	PRODUTO 1	Relatório de Due Diligence Contábil e Patrimonial da ELETROBRAS
	PRODUTO 2	Relatório de Due Diligence Jurídica da ELETROBRAS
	PRODUTO 3	Relatório de Premissas
ETAPA 2	PRODUTO 4	Avaliação Econômico-Financeira da ELETROBRAS

PRODUTOS DO SERVIÇO B:		
FASE 2 – IMPLEMENTAÇÃO		
ETAPA 3	PRODUTO 5	Atualização da Avaliação Econômico-Financeira da ELETROBRAS (até duas vezes, se e quando solicitado pelo BNDES)
	PRODUTO 6	Atualização do Relatório de Due Diligence Contábil e Patrimonial da ELETROBRAS (até duas vezes, se e quando solicitado pelo BNDES)
	PRODUTO 7	Atualização do Relatório de Due Diligence Jurídica da ELETROBRAS (até duas vezes, se e quando solicitado pelo BNDES)
	PRODUTO 8	Atualização do Relatório de Premissas (até duas vezes, se e quando solicitado pelo BNDES)

- 1.6 Caso a contratação dos serviços previstos neste **PROJETO BÁSICO** não seja efetivada, por razões de conveniência e oportunidade do **BNDES**, não caberá nenhum direito à indenização aos vencedores no procedimento competitivo e aos demais participantes.

2 REAJUSTE CONTRATUAL

- 2.1 O valor estimado e máximo para a contratação não será divulgado para o SERVIÇO B.

- 2.2 O reajuste de preços poderá ser requerido pela **CONTRATADA** a cada período de 12 (doze) meses, adotando-se para tanto a aplicação do IPCA acumulado no respectivo período.

3 VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 3.1 A vigência contratual será de 36 (trinta e seis) meses, podendo ser prorrogada até a completa execução de seu escopo, por ocasião da continuidade dos processos de **DESESTATIZAÇÃO**.

4 ESCOPO E DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DO SERVIÇO B

- 4.1 O **SERVIÇO B** tem por objetivo a execução das Due Diligences Jurídica, Contábil-Patrimonial, bem como a elaboração do Relatório de Premissas e a Avaliação Econômico-Financeira da **EMPRESA**, que ocorrerão na FASE 1 do **PROJETO**. A descrição dos **PRODUTOS** é feita nos subitens seguintes.

4.2 DUE DILIGENCE CONTÁBIL PATRIMONIAL

- 4.2.1 **PRODUTO 1 - Relatório de DUE DILIGENCE Contábil-Patrimonial da ELETROBRAS**, abrangendo a análise e a avaliação das informações e documentos para identificação de eventuais ajustes que possam alterar, de forma relevante, a posição contábil-patrimonial consolidada e da Controladora e/ou o valor de mercado da **EMPRESA**, contemplando, em especial, as seguintes ações:

- a) Adequar os valores registrados contabilmente aos valores dos elementos patrimoniais, identificando riscos não-materializados e considerando a probabilidade de ocorrência de eventos que possam influir no valor do patrimônio líquido do **ELETROBRAS**, identificando, entre outros:
 - i. Ativos e passivos não registrados na escrituração comercial e tributária, com proposta de regularização mediante registro, com atribuição de valores;
 - ii. Ativos registrados, porém não realizáveis, e de passivos registrados, porém não exigíveis, com proposta de regularização mediante estorno ou constituição de provisão de perdas; e
 - iii. Contingências, com a descrição dos eventos determinantes de sua possível realização em bens, direitos e obrigações, de sua probabilidade de ocorrência e atribuição de valores.

- b) Identificar os procedimentos utilizados na Due Diligence Contábil e Patrimonial e o resultado da verificação dos procedimentos contábeis adotados na **ELETROBRAS**, no registro de obrigações tributárias, parafiscais, trabalhistas, comerciais, civis e administrativas, bem como analisar a conformidade de tais obrigações e a existência de eventuais créditos;
- c) Descrever e avaliar a adequabilidade dos sistemas de controles internos, de custeio e de informações gerenciais adotados na **ELETROBRAS** em relação às boas práticas de mercado;
- d) Descrever os princípios e práticas contábeis adotados na avaliação dos elementos constantes das demonstrações financeiras da **ELETROBRAS** e das alterações que sofreram nos últimos 2 (dois) exercícios sociais;
- e) Descrever e avaliar a política de seguros adotada na **ELETROBRAS** e demonstração de eventuais insuficiências nos valores segurados;
- f) identificar todas as garantias financeiras e não financeiras já assumidas pela **ELETROBRAS** e suas subsidiárias
- g) registrar e avaliar impacto contábil oriundo da segregação de ativos, passivos e contingências entre a **ELETROBRAS** e a estatal que eventualmente receberá ativos e subsidiárias;
- h) Apurar o resultado de confirmação das contas de: 1) depósitos bancários; 2) aplicações financeiras; 3) consumidores e revendedores; 4) rendas e títulos a receber; 5) empréstimos e financiamentos concedidos (curto e longo prazos); 6) investimentos; 7) ativos imobilizado, financeiro e intangível; 8) empréstimos e financiamentos obtidos, inclusive debêntures (curto e longo prazos); 9) fornecedores; 10) ativo contratual de transmissão; 11) caixa restrito; 12) clientes; 13) ativo financeiro – Itaipu; 14) IR, contribuição social e outros tributos; 15) direito de ressarcimento – CCC / União; 16) cauções e depósitos vinculados; 17) adiantamentos; 18) obrigações estimadas; 19) obrigações de ressarcimento (Proinfra); 20) benefício pós-emprego; 21) outros ativos e outros passivos; e 22) outras contas consideradas relevantes, a critério da **CONTRATADA**;
- i. Com relação às contas relacionadas especificamente à Eletronuclear, poderão ser utilizados como ponto de partida os resultados dos estudos de due diligence elaboradas no âmbito do **PROJETO ANGRA 3**.
 - i. Caso não esteja disponíveis, deverão ser apuradas adicionalmente as seguintes contas da **ELETROBRAS**: 1) fundo de

descomissionamento; 2) estoque de combustível nuclear; e 3) obrigação para desmobilização de ativos.

- i) Para todas as contas do balanço, identificar a existência de saldos relacionados a atividades governamentais ou setoriais da **ELETROBRAS**, como, por exemplo, a gestão da Conta Consumo de Combustível (CCC), Conta de Desenvolvimento de Energia (CDE) e Reserva Global de Reversão (RGR), Procel, Proinfa, Cepel, PLPT, entre outros, apresentando a segregação desses saldos em relação às atividades de negócio da **ELETROBRAS**;
- j) Apurar o endividamento líquido da **ELETROBRAS** e o Capital Circulante Líquido para fins de avaliação econômico-financeira, incluindo:
 - i. Mapeamento do endividamento total do grupo **ELETROBRAS**, incluindo subsidiárias e controladas, coligadas, SPEs, ou quaisquer outras sociedades ligadas ao grupo, incluindo, mas não se restringindo a contratos de financiamento, condições de pagamento, *covenants*, garantias, penalidades, *cross default*, etc;
 - ii. Avaliação quanto à necessidade de renegociações de *covenants* dos contratos de dívida mantidos pelas empresas do grupo **ELETROBRAS**, em razão da segregação de ativos relevantes, alteração de controle da companhia e/ou sua DESESTATIZAÇÃO;
 - iii. Análise de prêmios e riscos de vencimento antecipado previstos nos contratos mantidos pelas empresas do grupo **ELETROBRAS**, em razão da alteração de controle da companhia e/ou sua DESESTATIZAÇÃO, bem como de eventual impacto da alteração de controle nas garantias mantidas pela União;
 - iv. Análise quanto à necessidade de renegociação de garantias prestadas nos contratos mantidos pelas empresas do grupo **ELETROBRAS**, em razão da alteração de controle da companhia e/ou sua DESESTATIZAÇÃO, considerando, inclusive, a segregação de ativos tratada neste **PROJETO BÁSICO**;
 - v. Avaliação quanto à viabilidade de manutenção das garantias prestadas pela União à **ELETROBRÁS** e às suas subsidiárias, em contratos celebrados anteriormente à desestatização; e
 - vi. Análise, estudo, levantamento e valoração das dívidas existentes relacionadas ao Empréstimo Compulsório.

- 4.2.1.1** A **CONTRATADA B** deverá avaliar as Demonstrações Financeiras registradas na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, no Brasil, e na Securities and Exchange Commission – SEC, nos Estados Unidos da América, observando as respectivas normas contábeis aplicáveis.
- 4.2.1.2** Para a avaliação da posição Contábil-Patrimonial consolidada, as atividades contempladas por este SERVIÇO deverão também se estender a todas as empresas controladas direta ou indiretamente pela **ELETROBRAS**, respeitados os critérios de corte estabelecidos globalmente para estes estudos.
- 4.2.1.3** A **CONTRATADA B** deverá levar em consideração que será realizada uma reestruturação societária com o objetivo de segregar, total ou parcialmente, ativos e obrigações atuais da Eletrobras, tais como a Eletronuclear, Itaipu, Cepel e programas de governo, portanto, os levantamentos referentes a esses ativos e obrigações deverão ser apresentados de forma segregada;
- 4.2.1.4** A **CONTRATADA B** deverá atualizar até duas vezes o Relatório de Due Diligence Contábil-Patrimonial da **ELETROBRAS**, mediante elaboração de até 2 (dois) relatórios de atualização durante a execução do PROJETO, após solicitação pelo BNDES realizada com 30 (trinta) dias de antecedência, nos termos dos prazos e pagamentos previstos na **Tabela de Produtos, Preços e Prazos de Entrega do SERVIÇO B**.
- 4.2.1.5** A **CONTRATADA B** será responsável pelo conteúdo dos Relatórios de Due Diligences Contábil-Patrimonial, exceto quanto aos elementos sobre os quais a **CONTRATADA B** tenha feito, justificadamente, ressalva explícita.
- 4.2.1.6** A Due Diligence Contábil-Patrimonial da **ELETROBRAS** deverá ser realizada com a observância dos padrões técnicos e éticos constantes das Normas e Procedimentos de Auditoria do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON vigentes no período do CONTRATO.
- 4.2.1.7** Nas situações aplicáveis e quando não conflitantes com os pronunciamentos contábeis, deverão ser consideradas as normas técnicas aplicadas ao setor elétrico, editadas pela ANEEL, incluindo no mínimo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.
- 4.2.1.8** A EMPRESA deverá permitir o acesso da CONTRATADA aos papéis de trabalho do empresa responsável pela auditoria de suas demonstrações financeiras.

4.3 DUE DILIGENCE JURÍDICA

4.3.1 PRODUTO 2 - Relatório de DUE DILIGENCE Jurídica do ELETROBRAS, abrangendo a análise e avaliação das informações e documentos para identificação de eventuais problemas que possam alterar, de forma relevante, a posição contábil consolidada, da controladora ou o valor de mercado da **EMPRESA**, incluindo, mas não se limitando, aos seguintes aspectos:

- a) Litígios existentes e potenciais, no Brasil ou no exterior, no âmbito administrativo e/ou judicial, que afetem, ou possam afetar o processo de desestatização da **ELETROBRAS**, devendo a descrição conter o detalhamento do litígio, seu provável resultado, estimativa de conclusão e valores envolvidos, entre os quais aqueles referentes ao empréstimo compulsório, amortização e remuneração RBSE ¹;
- b) Situação da titularidade e posse dos terrenos, imóveis e equipamentos registrados no ativo imobilizado da **ELETROBRAS**, conforme critérios de relevância e materialidade, ou passíveis de serem ativados, e da regularidade da respectiva documentação, inclusive perante os registros públicos, indicando eventuais ônus ou gravames existentes;
- c) análise de aspectos de natureza institucional, societária, financeira, fiscal, tributária, previdenciária, civil, regulatório, trabalhista, administrativa, ambiental, operacional e contratual que possam constituir obstáculos ao processo de desestatização da **ELETROBRAS** ou à reorganização societária prevista neste processo;
- d) análise sob a ótica jurídica da segregação de ativos, passivos e contingências entre a **ELETROBRAS** e a estatal que eventualmente receberá ativos e subsidiárias;
- e) identificação de necessidade de anuência prévia (waivers) nos instrumentos de financiamento, que prevejam vencimento antecipado em virtude do processo de Desestatização da **ELETROBRAS** ou da reorganização societária prevista neste processo;
- f) levantamento de eventuais gravames envolvendo ações no caso de uma oferta secundária.

¹ Rede Básica de Sistema Existente.

- g) Avaliação específica dos processos judiciais e administrativos que possam impactar os créditos da **ELETROBRAS** que se referem aos ativos da RBSE e os valores a pagar no âmbito dos empréstimos compulsórios, apontando cenários e prognósticos de realização;
- h) Outras questões relevantes de ordem fiscal, trabalhista, previdenciária, societária, civil, regulatória, ambiental e administrativa;
- i) Levantamento das informações públicas necessárias à realização deste serviço.

4.3.1.1 Para a avaliação da posição Contábil-Patrimonial consolidada ou valor de mercado da **EMPRESA**, as atividades contempladas por este **SERVIÇO** deverão também se estender a todas as empresas controladas direta ou indiretamente pela **ELETROBRAS**, respeitados os critérios de corte estabelecidos globalmente para estes estudos.

4.3.1.2 A **CONTRATADA** deverá levar em consideração que será realizada uma reestruturação societária com o objetivo de segregar, total ou parcialmente, ativos e obrigações atuais da Eletrobras, tais como a Eletronuclear, Itaipu, Cepel e programas de governo, portanto, os levantamentos referentes a esses ativos e obrigações deverão ser apresentados de forma segregada;

4.3.1.3 A **CONTRATADA B** deverá atualizar até duas vezes o Relatório de Due Diligence Jurídica da **ELETROBRAS**, mediante elaboração de até 2 (dois) relatórios de atualização durante a execução do PROJETO, após solicitação pelo BNDES realizada com 30 (trinta) dias de antecedência, nos termos dos prazos e pagamentos previstos na **Tabela de Produtos, Preços e Prazos de Entrega do SERVIÇO B**.

4.3.1.4 O **BNDES** poderá fornecer, no início da execução contratual, modelo de sumário executivo com os principais itens a serem abordados no Relatório de Due Diligence Jurídica, sem prejuízo de inclusão de outros itens pela **CONTRATADA**.

4.3.1.5 A **CONTRATADA** deverá considerar em sua proposta que a obtenção das informações poderá ocorrer nas instalações da **ELETROBRAS**, órgãos competentes e outros locais previstos no item 9.1 quando necessário, devendo solicitar os documentos e informações gratuitos, quando necessário para o atingimento do escopo do CONTRATO.

4.3.1.6 A **CONTRATADA** deverá realizar avaliação própria quanto ao risco de perda dos processos judiciais, extrajudiciais e administrativos, sendo os dados fornecidos pela **ELETROBRAS** de caráter meramente consultivo.

4.3.2 PRODUTO 3 - Relatório de Premissas a serem adotadas nos modelos de Avaliação Econômico-Financeira da **ELETROBRAS (PRODUTO 4)** subitem 2.2.4 devendo as premissas estarem amplamente explicitadas, justificadas e fundamentadas.

4.3.2.1 As premissas deverão estar divididas em quatro grupos: premissas setoriais gerais, premissas de geração de energia elétrica, premissas de transmissão de energia elétrica e premissas macroeconômicas.

4.3.2.2 Deverão constar como premissas setoriais gerais:

- a) Projeção mensal do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD, ao longo do horizonte de projeção, levando em consideração o efeito da sazonalidade;
- b) Projeção mensal do Generation Scaling Factor – GSF, ao longo do horizonte de projeção, levando em consideração o efeito da sazonalidade;
- c) Encargos tributários e setoriais, e respectivas alíquotas e bases de cálculo, além de eventuais subsídios existentes com seus respectivos prazos, para os diferentes segmentos de negócio;
- d) Outras premissas setoriais julgadas como relevantes para a elaboração da Avaliação Econômico-Financeira (**PRODUTO 4**).

4.3.2.3 Deverão constar como premissas de geração de energia elétrica:

- a) Levantamento de todas as unidades geradoras nas quais a **ELETROBRAS** detém participação, em operação comercial ou em desenvolvimento², especificando o tamanho da participação, a fonte energética, tecnologia, capacidade instalada, garantia física, localização, regime jurídico de geração de energia, Custo Variável Unitário (“CVU”), prazo de concessão e prazo de autorização, quando cabível;
- b) Projeção da Garantia Física (“GF”) por unidade geradora ao longo do período de projeção, considerando os estudos elaborados pela EPE, as regras

² Neste caso, deve-se informar a expectativa de entrada em operação.

definidas no Decreto nº 2.655/98, bem como os normativos pertinentes da Aneel;

- c) Levantamento dos contratos de comercialização de energia elétrica por unidade geradora, especificando se é referente ao Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) ou Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), o tipo de contrato (por entrega de energia, disponibilidade ou outro), data de início, data de término, quantidade contratada, disponibilidade, inflexibilidade (meses e montante), preço unitário e receita fixa mensal mais recentes, incluindo fórmula de cálculo, especificando a data-base e o indexadores definidos para o preço unitário e a receita fixa, quando cabível, entre outros termos e condições julgados como relevantes para a elaboração da Avaliação Econômico-Financeira (**PRODUTO 4**);
- d) Montantes descontratados por unidade geradora;
- e) Valor incremental de produção por ano, por unidade geradora, oriundo dos investimentos previstos ao longo dos próximos anos;
- f) Projeção de capex de expansão por unidade geradora;
- g) Projeção de despacho por unidade geradora, quando for o caso, coerente com o CVU e a projeção de PLD;
- h) Levantamento de capex de manutenção por energia gerada ou potência³, por tipo de unidade geradora, na visão de custo eficiente de usinas comparáveis;
- i) Levantamento dos custos e despesas com pessoal, material, serviços e outros (“PMSO”), por energia gerada ou potência⁴, por tipo de unidade geradora, na visão de custo eficiente de usinas comparáveis;
- j) Disponibilidade média, perda na rede básica, perdas internas e consumo interno por unidade geradora;
- k) Tarifa de Uso de Transmissão (“TUST”), Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (“TUSD-g”), tarifa de conexão e outros encargos setoriais específicos por unidade geradora;
- l) Projeção de parâmetros de outros custos e despesas não gerenciáveis pela Companhia, incluindo, mas não se limitando ao preço do combustível utilizado pelas usinas de geração térmica, bem como índice de inadimplência;

³ A escolha do denominador utilizado deverá levar em consideração cada tipo de tecnologia e combustível, de acordo com o padrão usual do setor.

⁴ A escolha do denominador utilizado deverá levar em consideração cada tipo de tecnologia e combustível, de acordo com o padrão usual do setor.

- m) Premissas acerca das condições comerciais das usinas após o término dos contratos atuais de venda de energia, inclusive após evento de descotização das usinas hidrelétricas, incluindo percentual contratado no ACR e no ACL, percentual descontratado e preço médio em cada parcela de garantia física;
- n) Outras premissas de geração de energia elétrica julgadas como relevantes para a elaboração da Avaliação Econômico-Financeira (**PRODUTO 4**).
- o) Levantamento de prazos e condições estabelecidas nos contratos de outorga celebrados, em especial aqueles referentes ao cumprimento de metas de qualidade e sustentabilidade econômico financeira nos primeiros 5 anos de outorga, bem como compromissos pactuados com a ANEEL e legislações aplicáveis.

4.3.2.4 Deverão constar como premissas de transmissão de energia elétrica:

- a) Levantamento de todas as linhas de transmissão nas quais a ELETROBRAS detém participação, em operação comercial ou em desenvolvimento⁵, especificando o tamanho da participação, extensão da linha, tensão de fornecimento, localização, informando o contrato de concessão associado a cada linha;
- b) Levantamento dos contratos de concessão do serviço de transmissão, especificando a data de início, data de término, Receita Anual Permitida ("RAP") mais recente, data da próxima revisão regulatória, Parcela de Ajuste mais recente, existência de previsão de redução da RAP a partir do 16º ano de operação comercial, a data-base e o indexadores da RAP, entre outros termos e condições julgados como relevantes para a elaboração da Avaliação Econômico-Financeira (**PRODUTO 4**);
- c) Estimativa da Base de Remuneração Regulatória ("BRR") atual, a partir da Base Blindada e estimativa da Base Incremental por contrato de concessão;
- d) Projeção de capex de expansão por projeto, incluindo aqueles em desenvolvimento e em operação comercial;
- e) Levantamento de capex de manutenção por quilômetro de linha de transmissão e por faixa de tensão, ou outra abertura mais usualmente utilizada pelo setor, na visão de custo eficiente de ativos comparáveis;
- f) Levantamento dos custos e despesas com pessoal, material, serviços e outros ("PMSO") por quilômetro de linha de transmissão e por faixa de tensão,

⁵ Neste caso, deve-se informar a expectativa de entrada em operação.

ou outra abertura mais usualmente utilizada pelo setor, na visão de custo eficiente de ativos comparáveis;

- g) Levantamento de prazos e condições estabelecidas nos contratos de outorga celebrados, em especial aqueles referentes ao cumprimento de metas de qualidade e sustentabilidade econômico financeira nos primeiros 5 anos de outorga, bem como compromissos pactuados com a ANEEL e legislações aplicáveis.

4.3.2.5 Deverão constar como premissas macroeconômicas:

- a) Projeção do câmbio;
- b) Projeção da taxa básica de juros;
- c) Projeção dos índices de inflação IPCA, IGPM e IGPDÍ; e
- d) Projeção do Produto Interno Bruto ("PIB") brasileiro.
- e) Projeção de todos os indexadores previstos nos contratos de comercialização de energia mencionados no item 2.2.3.1 e contratos de concessão do serviço de transmissão mencionados no item 2.2.3.4

4.3.2.6 As projeções e premissas que constam no **PRODUTO 3** devem levar em consideração os impactos gerados pela **DESESTATIZAÇÃO**.

4.3.2.7 As usinas geradoras e as linhas de transmissão contempladas no relatório de premissas não devem incluir aquelas pertencentes a SPEs cuja avaliação econômico-financeira se der por valor patrimonial.

4.3.2.8 O horizonte de projeção deve ser equivalente ao estabelecido para o **PRODUTO 4**, Relatório de Avaliação Econômico-Financeira.

4.3.2.9 A CONTRATADA B deverá atualizar até duas vezes o Relatório de Premissas, mediante elaboração de até 2 (dois) relatórios de atualização específicos, durante a execução do PROJETO, após solicitação pelo BNDES realizada com 30 (trinta) dias de antecedência, nos termos dos prazos e pagamentos previstos na **Tabela de Produtos, Preços e Prazos de Entrega do SERVIÇO B..**

4.4 AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.4.1 **PRODUTO 4 - Relatório de Avaliação Econômico-Financeira da ELETROBRAS.**

Elaboração da Avaliação Econômico-Financeira com base no método do fluxo de caixa descontado da firma, para fins de determinação do preço mínimo da oferta

pública de DESESTATIZAÇÃO a ser realizada pela **ELETROBRAS**, conforme previsto na MP 1.031/2021 ou na Lei em que venha a ser convertida, incluindo a possível alienação de parte das ações de titularidade da UNIAO, no caso de uma eventual oferta pública secundária a que esta venha a participar, devendo considerar nas suas projeções, entre outros, os seguintes elementos:

- a) A alternativa de DESESTATIZAÇÃO da **ELETROBRAS** incluindo o modelo de negócio e o arranjo institucional definidos, apresentados na MP 1.031/21 ou na Lei em que venha a ser convertida, bem como o modelo detalhado a ser proposto para as instâncias decisórias do Projeto.
- b) Modelo detalhado de desestatização elaborado no Relatório de Detalhamento da Modelagem entregue pelo **SERVIÇO C**.
- c) na hipótese de a alternativa escolhida contemplar cisão de ativos e/ ou subsidiárias e se porventura os processos de cisão não tenham sido concluídos e os termos da cisão não tenham sido divulgados, a **CONTRATADA** deverá promover a avaliação econômica daqueles ativos e subsidiárias;
- d) O atendimento da legislação em vigor;
- e) A data-base da projeção, a ser definida pelo **BNDES**, considerando as demonstrações financeiras da **ELETROBRAS** mais recentes disponíveis;
- f) O horizonte de análise a ser considerado nas projeções deve ser grande o suficiente para contemplar os prazos das concessões e prazos de autorizações em vigo, incluindo, quando pertinente, a renovação das autorizações e investimentos relacionados à extensão da vida útil.
- g) A periodicidade trimestral;
- h) A análise retrospectiva dos principais indicadores econômico-financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras mais recentes consolidadas auditadas da **EMPRESA**, sendo feitos os ajustes pertinentes a fim de melhor retratar a situação econômico-financeira da **EMPRESA** a cada período;
- i) As informações e premissas fornecidas pelo **BNDES** com base nos relatórios do **SERVIÇO B** de Due Diligence Contábil-Patrimonial, Due Diligence Jurídica, Relatório de Premissas, bem como suas respectivas atualizações, caso sejam necessárias;
- j) Os ajustes necessários em decorrência dos eventos ocorridos entre a data-base final da Due Diligence Contábil-Patrimonial, Due Diligence Jurídica, Relatório de Premissas e a data-base das projeções econômico-financeiras, incluindo aqueles decorrentes de eventuais processos em andamento de estruturação ou reestruturação de dívidas, cisão de ativos, adequação de recursos humanos, dentre outros;

- k) Os aspectos tributários e deduções diversas, incluindo impostos, encargos sociais, trabalhistas, fiscais, setoriais e financeiros, subvenções, benefícios fiscais, ressarcimentos, reembolsos e inadimplência;
- l) A evolução projetada das receitas oriundas de atividades correntes;
- m) A evolução projetada de outras eventuais receitas oriundas de atividades não exploradas;
- n) As necessidades de financiamento de capital de giro com base nas projeções do Balanço Patrimonial, Demonstrações Financeiras e Fluxo de Caixa, em atendimento à sustentabilidade econômico-financeira da **ELETROBRAS** durante o período projetado;
- o) A determinação de taxa de desconto compatível com as características econômicas e regulatórias e os riscos do setor e da **ELETROBRAS**;
- p) A comparação entre os valores obtidos na Avaliação Econômico-Financeira e aqueles observados em operações de compra e venda similares, no âmbito nacional (se possível) e internacional, utilizando múltiplos de mercado e paradigmas considerados relevantes;
- q) Os efeitos da DESESTATIZAÇÃO;
- r) Cenário incluindo o impacto no preço mínimo das AÇÕES considerando a hipótese de migração da **ELETROBRAS** para o nível de governança “NOVO MERCADO” da B3;
- s) Cenário incluindo o impacto no preço mínimo das AÇÕES considerando a hipótese de emissão de *golden share* em benefício da União;
- t) Cenário incluindo o impacto no preço mínimo das AÇÕES levando em consideração a segregação de ativos e subsidiárias, observado o disposto no item 2.2.4 b.

4.4.1.1 Para determinação do Custo de Capital Próprio, deverá ser utilizado o modelo Capital Asset Price Model (“CAPM”), devendo ser adotada, como taxa de desconto, o Custo Médio Ponderado de Capital (“WACC”) calculado pelo avaliador.

4.4.1.2 As premissas dos modelos de avaliação econômico-financeira e as metodologias utilizadas, inclusive para o cálculo do WACC, deverão ser explicitadas e facilmente identificáveis, bem como devidamente justificadas e fundamentadas. O modelo de Avaliação Econômico-Financeira deverá ser elaborado em conformidade de metodologia de mensuração de CAPM, WACC, utilizando-se, quando aplicável, das premissas definidas no Relatório de Premissas (**PRODUTO 3**);

- 4.4.1.3** A avaliação pela metodologia de fluxo de caixa descontado deverá ser implementada para as todas as participações consolidadas e para as maiores participações não consolidadas.
- 4.4.1.3.1** No mínimo 80% do valor dos ativos totais das participações não consolidadas, proporcionais às participações da **ELETROBRAS**, deverão estar contemplados pela avaliação por fluxo de caixa descontado.
- 4.4.1.3.2** As demais participações não consolidadas deverão ser avaliadas por múltiplos ou, se em estágio pré-operacional, por valor patrimonial.
- 4.4.1.3.3** A avaliação por múltiplo deverá considerar tanto a avaliação realizada dos demais ativos por fluxo de caixa descontado, quanto os parâmetros observáveis no mercado, considerando os múltiplos usualmente utilizados para avaliações relativas de cada negócio avaliado por esta metodologia.
- 4.4.1.4** O modelo deverá identificar as variáveis críticas e contemplar uma análise de sensibilidade em relação às principais premissas de simulação consideradas, bem como deverão ser construídos cenários distintos.
- 4.4.1.5** Os relatórios, planilhas (inclusive com fórmulas, memórias de cálculo, sem nenhum tipo de proteção ou bloqueio) e outros documentos a serem entregues ao **BNDES** deverão obedecer às condições de execução previstas no subitem 4.3.3 e 4.7 deste **PROJETO BÁSICO**.
- 4.4.1.6** A **CONTRATADA** deverá entregar, no prazo previsto no **ANEXO 2 da RFP (Tabela de Produtos, Preços e Prazos de Entrega do SERVIÇO B)**, o Relatório da Avaliação Econômico-Financeira, que deverá contemplar todos os elementos destacados nos subitens 2.2.4 e 2.3.1 em especial a descrição da metodologia empregada, as principais premissas adotadas, contendo as planilhas de projeção, a identificação e análise das alternativas, os resultados obtidos e conclusões, com a recomendação do preço mínimo das **AÇÕES** ou de outro critério de **DESESTATIZAÇÃO** que venha a ser definido, acompanhado de sumário executivo consolidado.
- 4.4.1.7** A **A CONTRATADA B** deverá atualizar até duas vezes o Relatório de Avaliação Econômico-Financeira, mediante elaboração de até 2 (dois) relatórios de atualização específicos, durante a execução do PROJETO, após solicitação pelo BNDES realizada com 30 (trinta) dias de antecedência, nos termos dos prazos e pagamentos previstos na **Tabela de Produtos, Preços e Prazos de Entrega do SERVIÇO B..**

- 4.4.1.8 O modelo deverá levar em consideração as condições da descotização das usinas da **ELETROBRAS**, o valor da outorga e o valor dos pagamentos a serem realizados em favor da CDE e para outros fins previstos na legislação pertinente.
- 4.5 Sempre que o BNDES solicitar a atualização de quaisquer produtos, conforme previsto na **TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA do SERVIÇO B**, a **CONTRATADA** deverá promover todas as revisões e ajustes necessários nos respectivos **PRODUTOS** até a data do Anúncio de Início de Oferta da **ELETROBRAS**, inclusive com o objetivo de adequá-los à possível decisão da **INSTÂNCIA DECISÓRIA DO PROJETO** por modelo de reestruturação societária ou de DESESTATIZAÇÃO diverso daquele considerado originalmente, ressalvada a atualização dos Relatórios de Due Diligence, os quais deverão ser objeto de solicitação específica do BNDES, de acordo com os prazos e condições de pagamento previstos na **Tabela de Produtos, Preços e Prazos de Entrega do SERVIÇO B e no presente PROJETO BÁSICO**.
- 4.6 A **CONTRATADA** deverá promover todas as revisões e ajustes necessários nos **PRODUTOS** até a data do Anúncio de Início de Oferta da **ELETROBRAS**, com vistas ao atendimento de demandas proveniente de órgãos de fiscalização, regulação e controles interno e externo.
- 4.6.1 As revisões ou ajustes demandados nos **PRODUTOS** não serão considerados novos **PRODUTOS** para fins de pagamento e deverão ser executados ainda que após a emissão de **ACEITE** do respectivo **PRODUTO**, à exceção das atualizações de relatórios previstos na **Tabela de Produtos, Preços e Prazos de Entrega do SERVIÇO B**.
- 4.7 Tanto a Avaliação Econômico-Financeira (**PRODUTO 1**) quanto as possíveis atualizações da mesma deverão levar em consideração, ainda que por meio de cenários, possíveis alterações legislativas, regulatórias, macroeconômicas, setoriais e condições de mercado já observadas ou em perspectiva, quando pertinentes.
- 4.8 Os relatórios e documentos a serem apresentados devem se basear em informações e resultados mais recentes possíveis, considerando o período de pelo menos 5 (cinco) anos, por ocasião da respectiva elaboração ou revisão, de modo a atender o processo de DESESTATIZAÇÃO.

5 LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

- 5.1 Os locais de prestação dos serviços incluem as seguintes localidades: Brasília/DF, Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Recife/PE, Florianópolis/SC, Foz do Iguaçu/PR e Manaus/AM, bem como outros locais em que devam ser prestados todos os serviços especificados neste PROJETO BÁSICO.
- 5.2 Todos os locais em que devam ser prestados os serviços especificados neste PROJETO BÁSICO, ainda que não expressamente mencionados, devem ser considerados na Proposta de Preço do processo seletivo.
- 5.3 O BNDES comunicará, sempre que possível, com antecedência de 2 dias, as datas e locais das reuniões de trabalho e de acompanhamento, preferencialmente nas cidades do Rio de Janeiro/RJ e Brasília/DF.
- 5.4 Sempre que possível, a critério do BNDES, será facultada participação em reuniões de forma remota, por videoconferência.
- 5.5 Os prazos para a entrega dos PRODUTOS do SERVIÇO B estão indicados na no **ANEXO 2 da RFP (Tabela de Produtos, Preços e Prazos de Entrega do SERVIÇO B)**.

6 RELACIONAMENTO E INTERLOCUÇÃO ENTRE OS SERVIÇOS A, B e C

- 6.1 Conforme mencionado no subitem 1.2, os serviços do **PROJETO** foram divididos em 3 (três) serviços distintos: “**SERVIÇO A**”, “**SERVIÇO B**” e “**SERVIÇO C**”, cada qual considerado independente para todos os efeitos de direito.
- 6.2 Todos os serviços descritos no subitem 6.1 acima terão interações entre si, a critério do **BNDES** ou conforme previsão no **PROJETO BÁSICO**.
- 6.3 O **SERVIÇO A** e o **SERVIÇO B** deverão ser independentes entre si. Dessa forma, a empresa prestadora do **SERVIÇO A** não poderá possuir qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica ou financeira com a empresa prestadora do **SERVIÇO B**.
- 6.4 Fica proibido o contato direto entre a **CONTRATADA A** e a **CONTRATADA B**, devendo toda e qualquer troca de informação necessária para o PROJETO ser realizada por intermédio do **BNDES**.
- 6.5 Fica permitido o contato direto entre: (i) a **CONTRATADA A** e a **CONTRATADA C** e (ii) a **CONTRATADA B** e a **CONTRATADA C**.

- 6.5.1** Todos os contatos permitidos no item 6.5 acima deverão ocorrer com a ciência do **BNDES**, sendo que as formalizações das demandas e as respectivas respostas entre as consultorias devem ocorrer por meio de correspondência eletrônica, com o BNDES sempre em cópia.

7 PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO COMPETITIVO E DA SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1** Para o **SERVIÇO B**, será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos da legislação vigente e conforme regulado na RFP.
- 7.1.1** O consórcio vencedor fica obrigado a promover a sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), bem como sua constituição e registro, no prazo de até 15 (quinze) DIAS ÚTEIS após a assinatura do CONTRATO.
- 7.2** Com relação aos serviços jurídicos integrantes do **SERVIÇO B**, deverá ser observado o disposto no Estatuto da OAB. (Lei nº 8.906/1994, art, 1º, II, e art. 16, §3º).
- 7.3** É vedada a subcontratação para elaboração dos **PRODUTOS** previstos neste **PROJETO BÁSICO**, à exceção de serviços jurídicos no exterior, caso necessário;
- 7.3.1** O **BNDES** se reserva ao direito exclusivo de não autorizar a subcontratação de parcela do **SERVIÇO B**, quando a indicação da empresa subcontratada pela **CONTRATADA** puder comprometer a isenção, imparcialidade ou qualidade técnica dos serviços a serem prestados.
- 7.4** Qualquer problema decorrente da subcontratação será resolvido pela **CONTRATADA**, não decorrendo daí nenhuma responsabilidade para o **BNDES**, mesmo que haja ônus para a **CONTRATADA** ou qualquer subcontratada.
- 7.5** A **CONTRATADA B** será, perante o **BNDES**, responsável pelos serviços realizados por suas subcontratadas, não podendo transferir suas responsabilidades pelas obrigações estabelecidas na RFP, no **PROJETO BÁSICO** e no **CONTRATO** e nos demais anexos.
- 7.6** O **BNDES** não realizará pagamentos diretamente às subcontratadas.

8 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 8.1 Para este processo competitivo, embasado no art. 28, § 3º, da Lei nº 13.303/2016 e regulado pela Res. Dir. n.º 3.592 – BNDES, de 06.02.2020, será adotado o critério de julgamento “Menor Preço”

9 PERFIL DA EQUIPE TÉCNICA DA CONTRATADA

- 9.1 Em até 10 (dez) dias corridos, contados da data da assinatura CONTRATO, a **CONTRATADA** deverá:

- 9.1.1 Apresentar a relação de toda a equipe que será responsável pela prestação dos serviços, acompanhada dos respectivos currículos profissionais que demonstrem formação, qualificação e experiência condizentes com a complexidade dos serviços que devam ser prestados, além de todos os registros legalmente exigidos pelos Conselhos de Fiscalização Profissional.

- 9.1.2 O BNDES concordará com a relação da equipe responsável pela prestação dos serviços desde que comprovada a experiência a seguir descrita:

- i. Pelo menos 1 (um) profissional, que tenha atuado em Avaliação Econômico-Financeira com as características mínimas descritas na RFP;
- ii. Pelo menos 1 (um) profissional, que tenha atuado em DUE DILIGENCE ou auditoria independente contábil e patrimonial com as características mínimas descritas na RFP; e
- iii. Pelo menos 1 (um) profissional, que tenha atuado em DUE DILIGENCE Jurídica em operação com as características mínimas descritas na RFP.

- 9.1.3 Apresentar os **TERMOS DE CONFIDENCIALIDADE**, devidamente assinados, formalizados entre o **BNDES** e a equipe indicada pela **CONTRATADA** para a prestação dos serviços.

- 9.2 A equipe de profissionais responsável pela prestação dos serviços deve ser composta por profissionais com formação, qualificação e experiência condizentes com a complexidade dos serviços a serem prestados.

- 9.3 As indicações acima mencionadas devem vir acompanhadas do currículo profissional de cada integrante da equipe técnica da **CONTRATADA**.

- 9.4 A **CONTRATADA** não poderá indicar profissional que seja membro de Conselho de Administração ou outro órgão societário, estatutário ou não, da **ELETRONBRAS** ou de suas investidas relevantes.

- 9.5 O **BNDES** poderá indicar à **CONTRATADA B** a necessidade de substituição dos profissionais com formação e/ou experiência não condizentes com a complexidade das atividades a serem desempenhadas no curso do CONTRATO ou que não estejam atendendo a contento as atividades a serem prestadas.
- 9.6 Os profissionais integrantes da equipe responsável pela prestação dos serviços deverão ser subscritos como responsáveis técnicos dos PRODUTOS, de acordo com a respectiva área de atuação, obrigando-se, também, a comparecerem às reuniões periódicas de acompanhamento designadas pelo **BNDES** e expor o status das suas frentes de trabalho, bem como outras informações, sendo permitidas substituições dos profissionais indicados somente em casos devidamente justificados e com a expressa anuência do **BNDES**.

10 DAS CONDIÇÕES GERAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 10.1 O **BNDES** emitirá uma Ordem de Serviço para início de cada **PRODUTO** ou serviço do **SERVIÇO B**.
- 10.1.1 Após a realização da reunião de kickoff, a **CONTRATADA** iniciará a etapa de levantamento de informações de forma a subsidiar a elaboração dos **PRODUTOS** da etapa 1.
- 10.1.2 O **BNDES** acompanhará a etapa de levantamento de informações e, quando avaliar haver suficiência de informações para o início dos **PRODUTOS** da **ETAPA 1**, emitirá as respectivas ordens de serviço.
- 10.2 Para os serviços previstos neste **PROJETO BÁSICO**, a **CONTRATADA**, quando solicitada pelo **BNDES**, independentemente da FASE de execução dos serviços, obriga-se a realizar exposições, a participar de reuniões, presenciais e/ou por videoconferência ou conferência telefônica, e a prestar informações verbais e/ou por escrito, relacionadas ao escopo dos serviços, bem como fazê-lo quando for necessário, assessorar o **BNDES** nos esclarecimentos, divulgação e/ou defesa do processo de desestatização, fornecendo, nos prazos solicitados, quaisquer informações, esclarecimentos e documentos sobre os trabalhos realizados ou em andamento, destinados aos órgãos e entidades públicos, bem como a empresas interessadas, a entidades de classe e ao público em geral.
- 10.2.1 A obrigação da **CONTRATADA** descrita no item acima deve ser considerada como inerente ao escopo dos serviços, sem gerar qualquer custo adicional para o **BNDES** além dos discriminados na Proposta de Preços, e será exigível em qualquer FASE de execução dos serviços, devendo ser desempenhada mesmo após a entrega de todos os **PRODUTOS** estipulados neste **PROJETO BÁSICO**.

- 10.3** A **CONTRATADA** deve realizar todas as atividades necessárias para atingir o escopo do CONTRATO, mantendo a qualidade e o prazo acordados para a execução do **SERVIÇO B**.
- 10.4** Caso seja necessária a obtenção de informação relevante não disponibilizada pela EMPRESA, poderá ser solicitado à **CONTRATADA** a apresentação de requerimento em órgãos públicos competentes, desde que não incida taxas, emolumentos e afins, de acordo com a legislação aplicável.
- 10.5** As informações e documentos da **EMPRESA** poderão ser colocados à disposição da **CONTRATADA**, inclusive por meio físico, nas dependências da **EMPRESA**.
- 10.5.1** As informações e documentos mencionados no item 10.5 acima poderão ser disponibilizados pelos membros das equipes da **EMPRESA** designados por órgão ou membro da mesma, em ambiente virtual, com acesso seguro e controlado, por meio de serviço de compartilhamento de arquivos, a ser disponibilizado pela **CONTRATADA**, conforme subitem 21.1 t), sem custos adicionais para o **BNDES**, de modo a facilitar o fluxo de informações e reduzir despesas de locomoção, e acessível mediante Termo de Confidencialidade, a ser assinado pelos profissionais envolvidos no PROJETO, inclusive subcontratados, a serem habilitados pelo **BNDES**.
- 10.5.2** Caso a **CONTRATADA** considere necessária documentação faltante, deverá solicitá-la ao responsável pela sua guarda e comunicar tal fato por escrito ao **BNDES**, observado o disposto no item 10.54.4.
- 10.5.2.1** Se, diante da solicitação da informação/documentação, a mesma não for fornecida, a **CONTRATADA** deverá obtê-la nas instalações da **EMPRESA**, órgãos competentes e/ou outros locais, mediante pesquisa e busca independente, considerando os prazos contratuais para entrega dos **PRODUTOS** e o cronograma estabelecido para a **DESESTATIZAÇÃO** e a relevância das informações, e sem gerar qualquer custo adicional para o **BNDES** além dos discriminados na Proposta de Preços. Se, ainda assim, não for possível obter ou não existirem tais informações, a **CONTRATADA** deverá discutir e acordar com o **BNDES** alternativas para prosseguimento dos trabalhos, podendo, nesse caso, ser repactuado o prazo de entrega dos produtos dependentes dessas informações.
- 10.5.3** Caso a **CONTRATADA** necessite de outras informações durante a execução dos **SERVIÇOS**, deverá solicitar imediatamente. A pertinência desta solicitação estará sujeita a avaliação e aprovação pelo **BNDES**.
- 10.6** A **CONTRATADA** deverá arcar com todos os custos relativos ao desenvolvimento de todas as atividades previstas neste **PROJETO BÁSICO**, tais como remuneração de profissionais, encargos, tributos, despesas administrativas, viagens nacionais e

internacionais, estruturas física e virtual, bem como quaisquer outras despesas necessárias à integral execução do objeto, ressalvado o disposto no item 10.5.

10.7 A **CONTRATADA** deverá entregar os **PRODUTOS** (relatórios, documentos, planilhas de cálculos, material de apresentação, gravações de vídeo e/ou outros materiais) ao BNDES em 2 (duas) vias impressas e por meio eletrônico (gravado em “Pendrive” ou HD externo), utilizando-se, para tanto, dos formatos doc, odt, xls, ods, pdf ou outros, conforme aprovado pelo **BNDES**, para cada caso.

10.7.1 Os materiais produzidos pela **CONTRATADA**, a exemplo de planilhas de cálculo e outros entregues em meio magnético, deverão ser acompanhados de todas as fórmulas, senhas protetoras e outros mecanismos de segurança utilizados.

10.7.2 Os relatórios e outros documentos finais deverão ser apresentados em versões eletrônicas e assinados digitalmente com certificado válido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (“ICP-Brasil”), nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, e demais normas aplicáveis, pelo responsável da empresa proponente ou, em caso de Consórcio, pela sociedade líder.

10.8 Eventuais alterações no procedimento de execução do objeto do **CONTRATO** poderão ser efetuadas a critério do **BNDES** ou por solicitação da **CONTRATADA** e previamente aprovadas pelo **BNDES**.

10.9 Nenhum relatório ou documento poderá revelar fatos protegidos pelo sigilo bancário, nem segredos de indústria ou de comércio. Se, para fundamentar o relatório ou documento, a **CONTRATADA** utilizar-se de fatos sigilosos ou segredos de indústria e comércio, estes deverão figurar em apenso, materialmente separado do relatório ou documento e preservados do acesso irrestrito, nos casos de divulgação pública do documento.

10.10 Os relatórios finais deverão conter um sumário executivo destacando seus pontos mais relevantes, observado o dever de sigilo.

10.11 A **CONTRATADA** será responsável pelo reporte gerencial ao **BNDES** das atividades relativas ao escopo de seus **SERVIÇOS**, especificados nesse **PROJETO BÁSICO**, contemplando, no mínimo:

- i. Plano de Trabalho, a ser apresentado na reunião de Kickoff do Projeto em até 10 dias após a assinatura do **CONTRATO** do **SERVIÇO B** pelo **BNDES**, contendo o Cronograma de trabalho, incluindo marcos de entrega de produtos, de aprovação e apresentações às instâncias

executivas do **PROJETO** e a Equipe da **CONTRATADA** com os devidos papéis e responsabilidades;

- ii. Apresentação na Reunião semanal de acompanhamento das atividades e dos planos de ação para correção de eventuais atrasos em relação ao cronograma acordado com o **BNDES**;
- iii. Encaminhamento mensal, ou sempre que houver alterações, cópias atualizadas do cronograma do **SERVIÇO B** citado no subitem 10.11. inciso “i” em formato eletrônico, que possa ser utilizado pelo BNDES em software de planejamento de projetos de mercado, em formato mpp (software MS Project) e pdf.
- iv. Elaboração e apresentação ao **BNDES** de relatórios mensais de acompanhamento gerencial, conforme modelo previamente acordado, descrevendo as atividades previstas e realizadas no período, os percentuais executados, a análise do status das atividades e do andamento do cronograma acordado com o **BNDES**, as atividades previstas para o próximo período, os pontos de atenção e, sempre que necessário, o plano de ação para correção de eventuais atrasos em relação ao cronograma acordado com o **BNDES**;

11 GARANTIA CONTRATUAL

- 11.1 A **CONTRATADA** prestará garantia contratual de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do **CONTRATO**, na forma prevista no art. 70 da Lei 13.303/2016, no prazo de até 10 (dez) DIAS ÚTEIS, a contar da assinatura do **CONTRATO**, prorrogáveis por igual período a critério do **BNDES**.

12 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1 Há recursos financeiros para o pagamento à **CONTRATADA B**.

13 PROPRIEDADE INTELECTUAL

- 13.1 A **CONTRATADA B**, na forma do art. 49 da Lei nº 9.610/98 e demais normativos aplicáveis, cederá ao **BNDES** os direitos autorais patrimoniais relativos a **PRODUTOS** resultantes da prestação do serviço objeto deste **PROJETO BÁSICO**. O **BNDES** poderá utilizar estes direitos autorais patrimoniais em novos projetos, independentemente da participação da **CONTRATADA**, sem que haja necessidade de

qualquer remuneração, restando o BNDES inteiramente responsável civil e criminalmente pela utilização do seu conteúdo.

- 13.2** O **BNDES** se reserva o direito de transferir a propriedade destes documentos para a União e/ou a **ELETROBRAS**.
- 13.3** Todos os relatórios, análises, memorandos e documentos elaborados pela **CONTRATADA** poderão ser disponibilizados pelo **BNDES**, caso necessário, entre seus funcionários, diretores, consultores, acionista da **ELETROBRAS**, **ME**, **MME** e **TCU** mas não poderão ser disponibilizados para terceiros sem o consentimento por escrito da **CONTRATADA**, salvo relatórios, pareceres, estudos e demais itens dos **PRODUTOS** finais a partir da entrega oficial ao **BNDES**.
- 13.4** O **BNDES** se compromete a mencionar o nome do autor dos **PRODUTOS** sempre que os utilizar.
- 13.5** A **CONTRATADA** não poderá utilizar, divulgar ou comercializar tais **PRODUTOS**, salvo prévia e expressa autorização do **BNDES**.
- 13.6** A **CONTRATADA** deverá renunciar expressamente aos direitos sobre as planilhas, modelos e demais materiais elaborados no âmbito da **DESESTATIZAÇÃO**, inclusive aqueles elaborados por prestadores de serviços subcontratados pela **CONTRATADA** e que tenham sido empregados como insumo para a **DESESTATIZAÇÃO** da **ELETROBRAS**.

14 SIGILO DAS INFORMAÇÕES

- 14.1** No momento da assinatura do **CONTRATO**, caso a **CONTRATADA** venha a ter acesso a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa, direta ou indiretamente, em decorrência da execução do objeto contratual, deverá manter o sigilo dos mesmos, bem como orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando-se as diretrizes e normas da Política Corporativa de Segurança da Informação do **BNDES**, assim como eventuais diretrizes e normas emanadas pela **ELETROBRAS**.
- 14.2** Assim que solicitado pelo **GESTOR DO CONTRATO**, a **CONTRATADA** deverá providenciar a assinatura, por seu representante legal e pelos profissionais que tiverem acesso a informações sigilosas, dos **Termos de Confidencialidade** a serem disponibilizados pelo **BNDES**.

15 COMISSÃO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA E GESTOR DO CONTRATO

A Comissão de Avaliação Técnica do processo competitivo e o **GESTOR DO CONTRATO** serão designados oportunamente pelo **BNDES**.

16 OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DA CONTRATADA

16.1 Além de outras obrigações estipuladas no **CONTRATO** ou estabelecidas em lei, constituem, ainda, obrigações da **CONTRATADA** aquelas listadas neste **PROJETO BASICO**, devendo prestar os **SERVIÇOS** e entregar os **PRODUTOS** em alto padrão de qualidade compatíveis com as melhores práticas de mercado.

Obriga-se a **CONTRATADA** a:

- a) providenciar, em relação aos serviços a serem prestados, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, eventuais registros de responsabilidade técnica necessários para todos os serviços e profissionais envolvidos, entregando uma via dos documentos ao **BNDES**, conforme aplicável;
- b) executar os serviços objeto deste Contrato em conformidade com a proposta aprovada, nos exatos moldes estabelecidos na RFP, no **PROJETO BASICO** e no **CONTRATO**, e em conformidade com o respectivo planejamento e instruções emitidas pelo **BNDES**;
- c) conduzir os trabalhos de acordo com as leis, regulamentos, posturas e normas técnicas, em estrita observância às legislações Federal e Estadual e a quaisquer ordens ou determinações do Poder Público, incluindo órgãos de regulamentação e fiscalização profissionais, devendo ainda conduzir os trabalhos e o pessoal de modo a formar, junto ao público, uma boa imagem do **BNDES** e da própria **CONTRATADA**;
- d) cumprir rigorosamente as normas de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, emanadas da legislação pertinente;
- e) responsabilizar-se pela análise e estudos dos elementos técnicos fornecidos pelo **BNDES** e a **EMPRESA** para a execução dos **SERVIÇOS**, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de ignorância de tais documentos; e, no caso da **CONTRATADA** constatar quaisquer discrepâncias, omissões ou erros, inclusive qualquer transgressão às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor, deverá comunicar o fato, por escrito, ao **BNDES** para que tais defeitos sejam sanados;

- f) obter as informações necessárias para a correta execução dos trabalhos, inclusive eventuais consultas a órgãos públicos, empresas privadas e profissionais ou quaisquer outros tipos de prospecção de projetos e dados necessários à correta execução dos serviços previstos nas especificações;
- g) sugerir medidas visando ao aperfeiçoamento da execução dos **SERVIÇOS TÉCNICOS**;
- h) admitir e dirigir, sob sua inteira responsabilidade, o pessoal adequado e capacitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para a execução dos serviços, mobilizando ou desmobilizando a equipe para adequá-la ao cronograma;
- i) comprovar o vínculo jurídico entre os integrantes da equipe técnica e a **CONTRATADA**, sempre que assim solicitado pelo **BNDES**;
- j) manter, durante a vigência do presente instrumento, a equipe de profissionais indicados para o atendimento das exigências mínimas, admitindo-se, excepcionalmente, a substituição por profissionais que atendam ao perfil mínimo exigido, desde que aprovada pelo **BNDES**;
- k) arcar com todos os ônus e obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, previdenciária, tributária, fiscal, securitária, comercial, civil e criminal que se relacionem direta ou indiretamente com a prestação dos **SERVIÇOS TÉCNICOS**, inclusive no tocante a seus empregados, dirigentes, subcontratados e prepostos, pagando, inclusive, as multas porventura impostas pelas autoridades, de tudo dando ciência ao **BNDES**;
- l) responsabilizar-se por qualquer ônus decorrente de possível chamamento do **BNDES** em juízo, como litisconsorte, em ação trabalhista ou de reparação civil em decorrência da execução dos **SERVIÇOS TÉCNICOS**, ficando o **BNDES**, desde já, autorizado a glosar, nas faturas, as importâncias estimadas com o processo. A inadimplência com referência aos encargos estabelecidos neste subitem não transfere ao **BNDES** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;
- m) substituir, às suas custas, os funcionários que, a critério do **BNDES**, apresentarem comportamento inadequado ou, em algum momento, desrespeitarem as condições a eles inerentes;

- n) facilitar o pleno exercício das funções do **GESTOR DO CONTRATO**, sendo o não atendimento das solicitações feitas pelo **BNDES** considerado motivo para aplicação das sanções contratuais. O exercício das funções do **GESTOR DO CONTRATO** não desobriga a **CONTRATADA** de sua própria responsabilidade quanto à adequada execução dos serviços contratados;
- o) responsabilizar-se por todo e qualquer prejuízo financeiro que o **BNDES** venha a sofrer devido a erros ou incorreções na execução dos serviços prestados, nos prazos previstos na legislação vigente;
- p) responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição dos serviços pelo **BNDES**, e pelos atrasos acarretados por esta rejeição, bem como por qualquer multa a que vier a ser imposta pelo **BNDES**;
- q) corrigir, sem ônus para o **BNDES**, imperfeições, erros, vícios ou incoerências nos serviços prestados dentro do prazo de execução do **CONTRATO**;
- r) constatado dano a bens do **BNDES** ou sob a sua responsabilidade ou, ainda, a bens de terceiros, a **CONTRATADA**, de pronto, os reparará ou, se assim não proceder, o **BNDES** lançará mão dos créditos daquela para ressarcir os prejuízos de quem de direito;
- s) observar as regras do Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), principalmente no tocante ao envio das informações exigidas, de acordo com as regulamentações vigente;

disponibilizar ferramenta virtual para compartilhamento de informações e documentos que serão utilizados ao longo do PROJETO.

17 OBRIGAÇÕES DO BNDES

17.1 Além de outras obrigações estipuladas no **CONTRATO** ou estabelecidas em lei, constituem, ainda, obrigações do **BNDES**:

- a) Fiscalizar a execução do objeto do **CONTRATO**;

Fornecer as informações, de sua alçada, necessárias para a execução dos serviços; e
- b) Realizar os pagamentos nos termos previstos no **CONTRATO** e neste **PROJETO BASICO**.

18 RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

- 18.1** Caberá ao GESTOR DO CONTRATO a emissão de RECIBO e ACEITE para os PRODUTOS, como instrumentos formais para confirmação da entrega dos PRODUTOS definidos na TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA DO SERVIÇO B.
- 18.2** A CONTRATADA deverá prestar os SERVIÇOS e entregar os PRODUTOS nos prazos definidos na TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA DO SERVIÇO B.
- 18.3** Entregue o PRODUTO pela CONTRATADA, o GESTOR DO CONTRATO emitirá o respectivo RECIBO e dará início à verificação da sua conformidade com as especificações técnicas previstas neste PROJETO BASICO, no CONTRATO e em seus Anexos, podendo solicitar, sem custos adicionais, esclarecimentos e ajustes que se fizerem necessários.
- 18.3.1** Os produtos a serem entregues pela CONTRATADA, para a obtenção do RECIBO, devem estar, obrigatoriamente, em suas versões finais, não devendo ser entregues, para este fim, em suas versões preliminares, rascunhos ou similares.
- 18.4** Quando o GESTOR DO CONTRATO verificar a necessidade de ajustes, correções e/ou substituições, o seguinte procedimento será adotado:
- 18.4.1** A CONTRATADA será convocada por escrito, por carta ou e-mail, a efetuá-los, às suas expensas, em prazo a ser definido pelo BNDES, ou, na ausência de acordo, em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data da convocação.
- 18.4.2** Realizados os ajustes e/ou as substituições solicitadas pelo BNDES, será emitido novo RECIBO, sendo realizada, em seguida, nova avaliação de conformidade pelo BNDES.
- 18.4.3** Não realizados os ajustes e/ou as substituições solicitadas até a data estabelecida pelo BNDES ou em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data da convocação, nos termos previstos no item 18.4.1, o objeto será rejeitado total ou parcialmente, ficando a CONTRATADA sujeita à aplicação das penalidades previstas no CONTRATO.
- 18.4.4** Após a verificação de conformidade dos PRODUTOS com os critérios de aceitação especificados no PROJETO BASICO e demais anexos ao CONTRATO, o GESTOR DO CONTRATO emitirá o ACEITE do PRODUTO, observado que:
- a) constitui condição indispensável para o pagamento do valor ajustado;

- b) transfere ao BNDES o conteúdo, manuseio e disposição dos PRODUTOS como seus próprios, mediante a condição de que cada cópia contenha os avisos e isenções de responsabilidade da CONTRATADA;
- c) não exclui a responsabilidade do CONTRATADA por incorreções reveladas posteriormente, nem pela garantia dos serviços realizados;
- d) não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo CONTRATO; e
- e) não exclui a obrigação da CONTRATADA em efetuar atualizações e ajustes posteriores dos PRODUTOS de modo a atender ao PROJETO, de acordo com este PROJETO BASICO.

19 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 19.1** Os pagamentos em relação ao objeto contratual serão realizados, em relação a cada **PRODUTO**, após a emissão do respectivo **ACEITE** pelo **GESTOR DO CONTRATO**.
- 19.1.1** A Nota Fiscal/Fatura deve conter a relação dos **PRODUTOS** entregues e aceitos pelo **GESTOR DO CONTRATO**, para que seja autorizado o pagamento.
- 19.2** Os **PRODUTOS** serão pagos de acordo com a quantidade solicitada pelo **BNDES** e efetivamente entregue pela **CONTRATADA**. Os quantitativos constantes na **TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA DO SERVIÇO B** são estimativos, sendo possível a sua não utilização total pelo **GESTOR DO CONTRATO**, caso em que serão pagos somente os serviços efetivamente prestados.
- 19.3** O pagamento do objeto será efetuado por meio de crédito em conta bancária no Brasil, em até 10 (dez) dias corridos, a contar da data de apresentação ao **BNDES** da Nota Fiscal/Fatura, desde que tenha sido efetuado o **ACEITE DO PRODUTO** e mediante o ateste pelo **GESTOR DO CONTRATO** das obrigações contratuais assumidas pela **CONTRATADA**.
- 19.4** O pagamento pelo **SERVIÇO B** será efetuado exclusivamente com base na **TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA DO SERVIÇO B**, devendo a **CONTRATADA** incluir todos os custos das respectivas atividades na sua proposta de preços.
- 19.5** A constituição e o registro do Consórcio Contratado, bem como sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), são condições indispensáveis para pagamento dos serviços prestados.

ANEXO 1 - GLOSSÁRIO

1. **ACEITE:** ato formal, emitido pelo GESTOR DO CONTRATO, que atesta a conformidade dos PRODUTOS entregues pela CONTRATADA ao detalhamento contido neste PROJETO BÁSICO.
2. **AÇÕES:** são as ações de emissão das ELETROBRAS ^a serem alienadas no âmbito da Desestatização.
3. **BNDES:** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, regida por seu Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe são aplicáveis, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e escritório-base para este processo à Avenida República do Chile, nº 100, Centro, Rio de Janeiro, RJ.
4. **CONCORRENTE:** entidade participante deste processo competitivo.
5. **CONTRATADAS:** empresas ou consórcios de empresas especializadas contratadas para a execução do **PROJETO**.
6. **CPPI:** Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – CPPI, criado pela Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016.
7. **DESESTATIZAÇÃO:** processo por meio do qual a União deixará de deter direitos que lhe assegurem, diretamente ou através de outras controladas, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da **ELETROBRAS**.
8. **DIA ÚTIL:** significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.
9. **DUE DILIGENCE:** análise ou avaliação detalhada de informações e documentos pertinentes a uma determinada sociedade e/ou seu ativo. Objetiva suportar a negociação de compra e venda de empresas e consiste na aplicação de procedimentos direcionados nas áreas contábil, patrimonial, financeira, tributária, legal e trabalhista, para identificação de potenciais eventos que possam alterar, de forma relevante, a posição contábil e/ou o valor de mercado da empresa objeto de uma negociação.
10. **EMPRESA:** é a **Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS (“ELETROBRAS”)**, sociedade de economia mista de capital aberto, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com sede na Capital Federal e escritório central na cidade do Rio de Janeiro - RJ, inscrito no CNPJ sob o nº **00.001.180/0001-26**.

11. **ENCERRAMENTO DO PROCESSO DE DESESTATIZAÇÃO:** momento em que é publicado, no Diário Oficial da União, o Aviso de Encerramento do Processo de **DESESTATIZAÇÃO**.
12. **ETAPA(S):** subdivisão das FASES do PROJETO.
13. **FASE (S):** partes em que foram segmentadas as entregas de PRODUTOS e a execução dos SERVIÇOS, nos termos do **ANEXO 2 da RFP (Tabela de Produtos, Preços e Prazos de Entrega do SERVIÇO B)**.
14. **FASE 1:** Compreende a elaboração dos **PRODUTOS**, bem como a realização dos **SERVIÇOS ESPECIALIZADOS** necessários à concretização do **PROJETO** devendo incluir: **DUE DILIGENCE** Contábil-Patrimonial; **DUE DILIGENCE** Jurídica; e Relatório de Premissas. Compreende também a elaboração do serviço da Avaliação Econômico-Financeira independentes da **EMPRESA**, contemplando a alternativa de desestatização escolhida pelas instâncias decisórias do PROJETO e o Relatório de Modelagem de Desestatização, além dos **SERVIÇOS CONTÍNUOS**.
15. **FASE 2:** Compreende a sequência dos **SERVIÇOS CONTÍNUOS** de ASSESSORIA JURÍDICA, FINANCEIRA, DE COMUNICAÇÃO E GESTÃO DE STAKEHOLDERS prestados pela CONTRATADA, iniciados na FASE 1, assim como **a elaboração do Relatório de FAIRNESS OPINION e EMISSÃO DO RELATÓRIO FINAL DO PROCESSO DE DESESTATIZAÇÃO DA ELETROBRAS**.
16. **FUSÕES E AQUISIÇÕES:** operações de fusão, aquisição, ofertas públicas ou privadas de aquisição de ações ou quotas, ou reestruturações societárias, realizadas entre grupos econômicos distintos, que tenham resultado em troca de titularidade de ações ou aporte de capital.
17. **GESTOR DO CONTRATO:** empregado do sistema BNDES formalmente encarregado do acompanhamento, fiscalização e execução de diligências relativas ao CONTRATO.
18. **INSTÂNCIA DECISÓRIA DO PROJETO:** CPPI ou aquele que a legislação indicar como seu sucessor .
19. **IPCA:** Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
20. **PRODUTOS:** atividades determinadas, resultantes da prestação dos serviços contratados, a serem demandadas com observância do respectivo quantitativo máximo detalhado no **ANEXO 2 da RFP (Tabela de Produtos, Preços e Prazos de Entrega do SERVIÇO B)**. Serão entregues ao BNDES sob a forma de relatórios,

documentos, pareceres ou apresentações, conforme o caso, especificados neste PROJETO BÁSICO e seus anexos.

21. **PROJETO:** empreendimento a ser modelado a partir da entrega dos PRODUTOS com vistas à DESESTATIZAÇÃO da EMPRESA, de acordo com a Modelagem de DESESTATIZAÇÃO.
22. **PROJETO ANGRA 3:** Projeto que tem como objeto a viabilização do empreendimento Angra 3 nos termos dos decretos 9.915/2019 e 10.542/2020.
23. **PROJETO BÁSICO:** conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar produto ou serviço, que assegurem a viabilidade técnica do projeto, e que possibilite a avaliação do custo e a definição dos métodos e do prazo de execução.
24. **RECIBO:** ato formal que atesta a entrega do PRODUTO pela CONTRATADA, para posterior verificação da sua conformidade com as especificações técnicas previstas neste PROJETO BÁSICO, observado o disposto no **PROJETO BÁSICO** e no **CONTRATO**.
25. **RFP:** “Request for Proposal” ou Solicitação de Proposta; documento pelo qual o BNDES convoca interessados para a participação no processo seletivo relativo aos estudos para determinado projeto, apresenta as Especificações Técnicas ou sua representação resumida, regula o procedimento a ser realizado, estabelecendo condições de participação e seleção, bem como a minuta do contrato a ser celebrado entre as partes. Este PROJETO BÁSICO faz referência à RFP n.º ____/2020 – AED/BNDES.
26. **SERVIÇO A:** serviço técnico de Avaliação Econômico-financeira independente.
27. **SERVIÇO B:** serviço técnico de Avaliação Econômico-financeira independente e de DUE DILIGENCE jurídica, contábil e Relatório de Premissas.
28. **SERVIÇO C:** serviço técnico de ASSESSORIA FINANCEIRA, ASSESSORIA JURÍDICA, ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E GESTÃO DE STAKEHOLDERS, FAIRNESS OPINION, Relatório de Modelagem da DESESTATIZAÇÃO e Relatório Final do Processo de Desestatização.
29. **STAKEHOLDERS:** termo usado para definir todos os grupos afetados ou interessados pela implantação de um projeto ou negócio.
30. **TRIBUNAIS DE CONTAS:** É o Tribunal de Contas da União (“TCU”).
31. **ME:** é o MINISTÉRIO DA ECONOMIA.

32. **MME:** é o MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA.
33. **SEDDM:** Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia.
34. **SERVIÇOS CONTÍNUOS** correspondem aos serviços de Assessoria Jurídica, Financeira, de Comunicação e Gestão de Stakeholders, devendo ser prestados ao longo das **FASES 1 e 2**, a critério do **BNDES**, com vistas à execução do **PROJETO**.
35. **SERVIÇOS TÉCNICOS:** conjunto amplo de atividades a serem contratadas pelo **BNDES**, relacionadas ao **SERVIÇO A** ou ao **SERVIÇO B** ou ao **SERVIÇO C**, sob a forma de levantamento de dados e informações, avaliação, consultoria, modelagem, assessoria, participações em reuniões e audiências públicas para esclarecimentos ou acompanhamento do andamento dos trabalhos, incluindo-se, ainda, a elaboração de todos os **PRODUTOS** e a execução de todos os **SERVIÇOS CONTÍNUOS**, detalhados neste **PROJETO BASICO**.

CONTRATO OCS N° 084/2021

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL – ANEXO 03 DA RFP n.º 009/2021 - BNDES

O Concorrente **CONSÓRCIO NOVA ELETROBRÁS**, representado pela empresa líder **BDO RCS Auditores Independentes Sociedade Simples**, inscrita no CNPJ sob o n.º 54.276.936/0001-79, com sede na Rua Major Quedinho, 90, Consolação, São Paulo - SP, CEP. 01050-030 representada por seu representante legal, Sr. Francisco de Paula dos Reis Junior, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 007.190.878-13, informa que compõe o consórcio participante deste processo seletivo as seguintes sociedades:


- 1) **BDO RCS GESTÃO EMPRESARIAL LTDA.**, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 54.276.936/0001-79 com sede na Cidade de São Paulo, Estado do São Paulo - SP, na Rua Major Quedinho, n.º 90 – Consolação – CEP 01050-030, representada nesse processo seletivo realizado pelo BNDES por seu representante legal, Sr., Francisco de Paula dos Reis Junior, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 007.190.878-13, sócio;
- 2) **BANCO GENIAL S.A.**, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 45.246.410/0001-55 com sede na na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n.º 228, sala 907 – CEP 22250-040, representada nesse processo seletivo realizado pelo BNDES por seu representante legal, Sr., André Schwartz, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 011.609.767-16, sócio;
- 3) **LEFOSSE ADVOGADOS**, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 57.756.694/0001-09, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, n.º 151, 11º andar, Itaim Bibi – CEP 01.451-011, representada nesse processo seletivo realizado pelo BNDES por seu representante legal, Sr. Raphael Gomes da Silva, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 086.909.507-29, sócio;
- 4) **THYMOS ENERGIA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.079.154/0001-13 com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Surubim, n.º 577, 12º andar, Brooklin Paulista – CEP 04571-050, representada nesse processo seletivo realizado pelo BNDES por seu representante legal, Sr. João Carlos de Oliveira Mello, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o n.º 789.695.657-87, sócio.

As comunicações decorrentes do processo seletivo podem ser encaminhadas para os endereços eletrônicos riodejaneiro@bdo.com.br, francisco.reis@bdo.com.br e fernando.fonseca@bdo.com.br.

O Concorrente signatário declara ter ciência e aceitar todas as exigências da RFP n.º 009/2021 - BNDES, bem como todas as condições de execução do objeto, propondo sua execução pelo valor global de **R\$ 5.977.777,77 (cinco milhões, novecentos e setenta e sete mil, setecentos e setenta e sete reais e setenta e sete centavos)**.

Declara, outrossim, que o valor proposto inclui todas as despesas e custos, diretos e indiretos (tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, viagens, seguro e insumos), necessários ao cumprimento integral do objeto deste processo seletivo. Por fim, o Concorrente informa que a validade da sua Proposta é de 180 (cento e oitenta) dias.

Rio de Janeiro, 06 de Maio de 2021



(Representante Legal do Concorrente)

Francisco de Paula dos Reis Júnior

Instruções para preenchimento:

- 1) Após o preenchimento dos campos e assinatura pelo Concorrente, deve ser preenchida a Planilha do **ANEXO 02 - TABELA DE PRODUTOS E PRAZOS DE ENTREGA**;
- 2) Nesta planilha, deve-se modificar apenas os valores constantes nas colunas “VALOR UNITÁRIO”;
- 3) Deve ser preenchida a Cotação apenas dos Itens de Produtos de 1 a 8 da Tabela, sendo as atualizações preenchidas automaticamente;
- 4) A soma da cotação de todos os produtos na “coluna VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)” resultará no VALOR GLOBAL DA PROPOSTA;
- 5) As cotações dos produtos devem respeitar os limites percentuais máximos definidos para as etapas com base na Pesquisa de Mercado realizada. Tais limites são definidos no item 3.4.3. da RFP 009/2021-BNDES; e
- 6) É vedada a alteração de quaisquer outros dados ou inclusão de linhas ou colunas nesta Proposta Comercial, para que o BNDES possa analisar a cotação informada para todos os produtos e serviços do Projeto.

CONTRATO OCS N° 084/2021

ANEXO III

ANEXO 2 - TABELA DE PRODUTOS, PREÇOS E PRAZOS DE ENTREGA DO SERVIÇO B

FASE	ETAPA	ATIVIDADE	ITEM de Produto	ITEM DO PROJETO BÁSICO	PRODUTOS A SEREM ENTREGUES OU SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS	% DE PAGAMENTO	VALOR UNITÁRIO (R\$) Favor preencher todos os campos em branco abaixo	QTD.	Unidade	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)	PRAZO DE ENTREGA
FASE 1: ESTUDOS DE DUE DILIGENCE & AVALIAÇÕES E MODELAGEM	ETAPA 1	RELATÓRIOS DE DUE DILIGENCE & PREMISSAS	1	2.2.1	Relatório de DUE DILIGENCE Contábil-Patrimonial	100% do valor unitário por produto	1.280.004,78	1	número de relatórios	1.280.004,78	60 dias após a emissão da Ordem de Serviço pelo BNDES
			2	2.2.2	Relatório de DUE DILIGENCE Jurídica	100% do valor unitário por produto	787.695,25	1	número de relatórios	787.695,25	60 dias após a emissão da Ordem de Serviço pelo BNDES
			3	2.2.3	Relatório de Premissas	100% do valor unitário por produto	787.695,25	1	número de relatórios	787.695,25	60 dias após a emissão da Ordem de Serviço pelo BNDES
	ETAPA 2	AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	4	2.2.4	Relatório de Avaliação Econômico-Financeira	100% do valor unitário por produto	886.157,16	1	número de relatórios	886.157,16	45 dias após a emissão da Ordem de Serviço pelo BNDES
	5		2.2.4.7	Atualização do Relatório de Avaliação Econômico-Financeira	100% do valor unitário por produto	304.939,82	2	número de relatórios	609.879,64	30 dias após a emissão da Ordem de Serviço pelo BNDES	
FASE 2: IMPLEMENTAÇÃO	ETAPA 3	RELATÓRIOS DE DUE DILIGENCE & PREMISSAS	6	2.2.1.4	Atualização do Relatório de DUE DILIGENCE Contábil-Patrimonial	100% do valor unitário por produto	355.763,12	2	número de relatórios	711.526,24	30 dias após a emissão da Ordem de Serviço pelo BNDES
			7	2.2.2.3	Atualização do Relatório de DUE DILIGENCE Jurídica	100% do valor unitário por produto	254.116,52	2	número de relatórios	508.233,03	30 dias após a emissão da Ordem de Serviço pelo BNDES
			8	2.2.3.9	Atualização do Relatório de Premissas	100% do valor unitário por produto	203.293,21	2	número de relatórios	406.586,42	30 dias após a emissão da Ordem de Serviço pelo BNDES



Francisco de Paula dos Reis Junior

Sócio

BDO RCS Auditores Independentes Sociedade Simples

CNPJ. 54.276.936/001-79

FASE	VALOR (R\$)	%
FASE 1	3.741.552,43	62,6%
ETAPA 1	2.855.395,28	47,8%
ETAPA 2	886.157,16	14,8%
FASE 2	2.236.225,34	37,4%
ETAPA 3	2.236.225,34	37,4%
TOTAL	5.977.777,77	100,0%

CONTRATO OCS N° 084/2021

ANEXO IV

MATRIZ DE RISCO – ANEXO IV DO CONTRATO OCS Nº 084/2021

Categoria do Risco	Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras	Alocação do Risco
	Criação ou aumento de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados.	Aumento do custo do produto e/ou serviço.	Governança e Planejamento empresarial.	Contratado
	Mudanças legislativas ou solicitações do BNDES, da Eletrobrás ou de órgão público competente, que não decorram de fatos imputáveis à contratada, e que demandem mudança de metodologia ou revisão dos produtos após o aceite	Impacto sobre cronograma e custos.	Revisão de Preço	BNDES
Risco atinente ao Tempo da Execução	Atraso na execução do objeto contratual por culpa do Contratado ou decorrente de recomendação ou determinação do tribunal de Contas da União ou da Controladoria Geral da União que demandem ajuste/revisão nos estudos..	Impacto sobre cronograma e custos.	Diligência da Contratada no acompanhamento e monitoramento do objeto contratual e aplicação de penalidades contratuais.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Impacto sobre cronograma e custos.	Governança e Planejamento empresarial.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pelo BNDES, que comprovadamente repercuta no preço do Contratado, caso o atraso seja extraordinário, considerando o ambiente do setor público.	Impacto sobre cronograma e custos.	Revisão de preço.	BNDES
	Revisão dos produtos, para além do previsto na TABELA DE PRODUTOS E SERVIÇOS, em razão de a oferta primária e secundária de ações não alcançarem montantes suficientes para a desestatização da Eletrobras	Impacto sobre cronograma e custos.	Revisão de preço.	BNDES
	Variação da taxa de câmbio.	Aumento ou diminuição do custo do produto e/ou do serviço.	Instrumentos financeiros de proteção cambial (hedge).	Contratado
	Elevação de gastos com viagens superiores ao estimado pelo Contratado.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento contratual.	Contratado

Categoria do Risco	Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras	Alocação do Risco
	Elevação dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviço e mão de obra.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Reajuste anual de preço.	BNDES
	Elevação dos custos operacionais definidos na linha anterior, quando superior ao índice de reajuste previsto na Cláusula de Reajuste de Preços	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratado
	Indisponibilidade de serviços ou acesso a serviços necessários à execução das atividades, seja por fatores atinentes à Contratada ou à região em que a Contratada e/ou sua equipe estejam.	Impacto sobre cronograma e custos.	Planejamento empresarial e plano de contingência.	Contratado
	Inadimplência financeira, insolvência e/ou mudança de controle do Contratado	Incapacidade ou inviabilidade de continuar à frente do Projeto, com rescisão contratual e/ou execução de garantia.	Planejamento empresarial.	Contratado
	Conversão da MP nº 1.031/2021, com alterações nas premissas ou condições da desestatização, que não ensejem a necessidade de elaboração de produtos não previstos inicialmente.	Aumento do custo do produto e/ou serviço	Planejamento Empresarial	Contratado
	Produtos e serviços correspondentes, com recibo emitido, porém ainda não aceitos, na data de perda de eficácia da MP nº 1.031/2021	Paralisação do projeto	Pagamento do Produtos e Serviços pelo BNDES	BNDES
	Fornecimento de informações equivocadas por parte dos outros Serviços que tenham impacto no Serviço B, e ensejem a revisão substancial dos produtos após o seu aceite pelo BNDES	Impacto sobre a qualidade do projeto, atraso no cronograma e custos.	Revisão de Preço	BNDES

Categoria do Risco	Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras	Alocação do Risco
Riscos Trabalhista e Previdenciário	Responsabilização do BNDES por verbas trabalhistas e previdenciárias dos profissionais do Contratado alocados na execução do objeto contratual.	Geração de custos trabalhistas e/ou previdenciários para o BNDES, além de eventuais honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais.	Ressarcimento, pelo Contratado, ou retenção de pagamento e compensação com valores a este devidos, da quantia despendida pelo BNDES.	Contratado
Risco Tributário e Fiscal (Não Tributário)	Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro do Contratado na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro da Contratado.	Planejamento tributário.	Contratado
	Recolhimento pelo BNDES em valor maior que o devido.	Desembolso de recursos pelo BNDES maior que o efetivamente devido.	Solicitação pelo BNDES, junto à autoridade fiscal, de compensação futura dos valores recolhidos a maior.	BNDES
	Responsabilização do BNDES por recolhimento indevido em valor menor, devido à fato imputável ao contratado	Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário).	Ressarcimento, pelo Contratado do valor recebido a maior, acrescidos de valores de multas imputadas ao BNDES	Contratado

CONTRATO OCS N° 084/2021

ANEXO V

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA REPRESENTANTE LEGAL

CONSÓRCIO NOVA ELETROBRAS, por seu representante legal, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, por intermédio do presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES** e de suas Subsidiárias BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão da sua prestação de serviços às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** (Contrato OCS nº 084/2021 - SRM 4400004622), estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e do **RESPONSÁVEL**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal do **BNDES**, signatário do Contrato ora referido.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. listagens e documentações com informações confidenciais a que venha a ter acesso;
- II. documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de *marketing*, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos elaborados pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;
- IV. valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica; e
- V. documentos e informações utilizados na execução dos serviços do Contrato OCS nº 084/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, signatário do Contrato OCS nº 084/2021, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA QUARTA

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do Contrato OCS nº 084/2021, para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse seja de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço, seja de fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual com o **RESPONSÁVEL**, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

Parágrafo Único

O **RESPONSÁVEL** determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços objeto do Contrato OCS nº 084/2021, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

CLÁUSULA QUINTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

CLÁUSULA SEXTA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

CLÁUSULA SÉTIMA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual entre o **RESPONSÁVEL** e as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e abrangem as informações presentes e futuras.

CLÁUSULA OITAVA

O **RESPONSÁVEL** se compromete, no âmbito do **CONTRATO** objeto do presente Termo, a apresentar às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** declaração individual de adesão e aceitação das Cláusulas do **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE** para Profissionais, de cada integrante ou participante da Equipe que prestar ou vier a prestar os serviços especificados no Contrato OCS nº 084/2021.

De Acordo,

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2021

Representante Legal do Contratado:

Nome: _____ Cargo/Função:

CPF: _____ Telefone: _____ E-mail:

Documento de Identidade (número, data, emissor):

CONTRATO OCS N° 084/2021

ANEXO VI

MINUTA DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA PROFISSIONAIS

_____, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, por intermédio do presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES** e de suas Subsidiárias BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão da sua prestação de serviços às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** (Contrato OCS nº 084/2021 - SRM 4400004622), celebrado em 27/05/2021), estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal signatário do Contrato ora referido.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. listagens e documentações com informações sigilosas ou confidenciais a que venha a ter acesso enquanto contratado por sociedade que preste serviço às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;
- II. documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de *marketing*, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos e serviços, desenvolvidas pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;
- IV. valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica; e

V. documentos e informações utilizados na execução dos serviços do Contrato OCS nº 084/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, signatário do Contrato OCS nº 084/2021, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma, a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA QUARTA

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do Contrato OCS nº 084/2021, para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade destas, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

Parágrafo Único

O **RESPONSÁVEL** adotará todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

CLÁUSULA QUINTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

CLÁUSULA SEXTA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

CLÁUSULA SÉTIMA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação da prestação de serviços objeto do Contrato OCS nº 084/2021, e abrangem as informações presentes e futuras.

De Acordo,

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

Profissionais da Equipe:

Nome: _____ Cargo/Função:

CPF: _____ Telefone: _____ E-mail:

Documento de Identidade (número, data, emissor):

CONTRATO OCS N° 084/2021

ANEXO VII

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE PARA REPRESENTANTE LEGAL DO SUBCONTRATADO

_____, por seu representante legal, doravante designado simplesmente **RESPONSÁVEL**, se compromete, por intermédio do presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, a não divulgar sem autorização quaisquer informações de propriedade do **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES** e de suas Subsidiárias BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, doravante simplesmente designados como **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, em conformidade com as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que, em razão de sua contratação pela sociedade _____ para a prestação de parcela(s) dos serviços do Contrato OCS nº 084/2021 (SRM 4400004622) às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, estabelece contato com informações privadas das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria ou de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e do **RESPONSÁVEL**, sem a expressa e escrita autorização do representante legal do **BNDES**, signatário do Contrato ora referido.

CLÁUSULA SEGUNDA

As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser de conhecimento de terceiros, tais como:

- I. listagens e documentações com informações confidenciais a que venha a ter acesso;
- II. documentos relativos a estratégias econômicas, financeiras, de investimentos, de captações de recursos, de *marketing*, de clientes e respectivas informações, armazenadas sob qualquer forma, inclusive informatizadas;
- III. metodologias e ferramentas de desenvolvimento de produtos elaborados pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** ou por terceiros para as **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**;

IV. valores e informações de natureza operacional, financeira, administrativa, contábil e jurídica; e

V. documentos e informações utilizados na execução dos serviços do Contrato OCS nº 084/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA

O **RESPONSÁVEL** reconhece que as referências dos incisos I a V da Cláusula Segunda deste Termo são meramente exemplificativas, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou venham ser como tal definidas no futuro devem ser mantidas sob sigilo.

Parágrafo Único

Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, o **RESPONSÁVEL** deverá mantê-la sob sigilo até que venha a ser autorizado expressamente pelo representante legal das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, signatário do Contrato OCS nº 084/2021, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma a ausência de manifestação expressa das **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA QUARTA

O **RESPONSÁVEL** recolherá, ao término do Contrato OCS nº 084/2021, para imediata devolução às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa a este relacionada, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse seja de seus empregados, prepostos, prestadores de serviço, seja de fornecedores, com vínculo empregatício ou eventual com o **RESPONSÁVEL**, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial a que teve acesso enquanto contratado pelas **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES**.

Parágrafo Único

O **RESPONSÁVEL** determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços objeto do Contrato OCS nº 084/2021, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

CLÁUSULA QUINTA

O **RESPONSÁVEL** obriga-se a informar imediatamente às **EMPRESAS DO SISTEMA BNDES** qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

CLÁUSULA SEXTA

O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

CLÁUSULA SÉTIMA

As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual entre o **RESPONSÁVEL** e a sociedade _____ e abrangem as informações presentes e futuras.

De Acordo,

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

Representante Legal do Subcontratado:

Nome: _____ Cargo/Função: _____

CPF: _____ Telefone: _____ E-mail: _____

Documento de Identidade (número, data, emissor): _____